

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**



JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA

**UMA ANÁLISE SOBRE A IDENTIDADE DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA:
perspectivas históricas e objeto de estudo**

**FORTALEZA
2006**

JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA

BCH-UFC

UMA ANÁLISE SOBRE A IDENTIDADE DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA:
perspectivas históricas e objeto de estudo

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa

FORTALEZA
2006

S579a – Silva, Jonathas Luiz Carvalho.

Uma análise sobre a Identidade da Biblioteconomia Brasileira: perspectivas históricas e objeto de estudo / Jonathas Luiz Carvalho Silva. [Orientada por] Luiz Tadeu Feitosa. – Fortaleza: 2006.

99 p

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

1. Identidade 2. Biblioteconomia 3. Ciência da Informação 4. História 5. Objeto de Estudo.

I. Silva. Jonathas Luiz Carvalho. II. Título.

CDD 020.709081

Aos meus pais Maria Carvalho e Nonato Silva,
meus irmãos Márcio Rogério e Carlos Henrique
e a todos aqueles que direta ou indiretamente
compartilharam e contribuíram para a elaboração
deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, é importante afirmar que este trabalho é fruto das contribuições de várias pessoas que, direta e/ou indiretamente, me ajudaram a desenvolver este texto.

Agradeço, em primeiro lugar, a Santíssima trindade, representada pelo pai, filho e espírito santo, vez que essas forças espirituais foram fundamentais para promover ânimo nos momentos difíceis e humildade nos momentos de tranquilidade e equilíbrio, propiciando a realização deste trabalho.

Em seguida, agradeço a minha mãe, exemplo de coragem, luta, perseverança; épica na criação dos filhos, pois, mesmo nos momentos mais difíceis, não abandonou a confiança neste trabalho, oferecendo incentivo incessante e afirmando o compromisso de compartilhar as experiências que nortearam e norteiam minha vida.

Ao meu pai, que com a virtude da “palavra”, ensinou que as qualidades devem ser exploradas e os defeitos devem ser retificados e reaplicados.

Aos meus irmãos, Márcio Rogério, que como irmão, desempenhou um grande papel de pai, dando-me sustentabilidade financeira e intelectual, sendo fundamental para a concretização deste trabalho e Carlos Henrique, que, prova na sua vida cotidiana, que as adversidades devem ser vencidas com ânimo, persistência e muita capacitação.

Agradeço ao Cauê, amigo afetivo constituído na universidade, que se tornará marcante em minha vida pelas experiências compartilhadas, a humildade de saber entender que também se aprende ensinando e a cumplicidade de uma amizade que busca a preocupação com a reciprocidade e a coletividade.

As minhas companheiras de sala que contribuíram grandiosamente para a realização deste trabalho; tanto aquelas que chegaram até o final da graduação juntamente comigo Odete Mayra Mesquita (confidente fundamental no processo de motivação e compartilhamento de experiências acadêmicas e pessoais) Camila Morais, Francinir Lima, Marina Alves, Edmara Ferreira, Daniele Lima, Izabel Eloy, bem como as que ficaram no caminho, mas que ainda traçam perspectivas promissoras: Neuila Rocha da Silva (companheira primordial nos momentos mais complicados e que sempre acreditou no meu potencial como pessoa e na vida acadêmica); Dulcemir Dias, Alexandre Magno e Danyelee Melo.

Aos estudantes do Curso de Biblioteconomia da UFC que contribuíram para a consecução do trabalho, em especial: Renatha James (a qual tenho grande prazer em compartilhar diversas experiências e que terá uma carreira acadêmica louvável); Aline Lima, Fernanda, Fátima Souza, Camile Andrade, Osmélia Oliveira, Clemilda dos Santos, Débora Sampaio (uma nova amiga, mas muito especial), André Anderson, Tatiana Apolinário, Joana Darc e todos aqueles que tiveram participação.

Aos meus amigos distantes geograficamente dos Cursos de Biblioteconomia disseminados pelo Brasil, mas que estão muito próximos nas lembranças que estão guardadas no coração. Aos que moram no Maranhão: Gerlandy Leão (sua perseverança e apoio muito me estimulam); Rosilene Cardoso, Roosewelt Lins (grande apoio nesta minha trajetória

acadêmica pelas discussões formais e informais de alto nível), Carise Fernanda e Ana Helena; Pará (Michele, Lidiane, Thays, Cristiane e Kyria); Paraíba (Júlio, eternamente o rei); Pernambuco (Rodrigo Siqueira, Rodrigo, Maurício, Leonardo e Gustavo Henn); Minas Gerais (Tatiana); Piauí (Denise e Sônia). Ao amigo Marksuel, que de amigo distante geograficamente, (Paraíba) passou para um amigo próximo, no qual pude compartilhar várias experiências e ampliar os laços de interatividade e amizade.

Ao meu orientador Luiz Tadeu Feitosa, que estimulou e acreditou no desenvolvimento e consecução deste trabalho e que conseguiu superar nesta orientação as “adversidades e rivalidades do futebol” e a todos os professores que nos momentos de interação me propiciaram amadurecimento.

Enfim, agradeço a todos, sejam familiares, amigos, professores e outros, que, de várias formas, contribuíram, inclusive traçando perspectivas para alavancar em escala acadêmica ainda mais larga este trabalho.

A unidade da identidade constitui um traço fundamental no seio do ser do ente. Em toda parte, onde quer que mantenhamos qualquer tipo de relação com qualquer tipo de ente, somos interpelados pela identidade. Se não falasse este apelo, então o ente jamais seria capaz de manifestar-se em seu ser como fenômeno.

(Martin Heidegger)

RESUMO

A identidade é um termo eminentemente discutido, mormente a partir da década de 50 do século XX. Com relação à Biblioteconomia, a discussão acerca de identidade começou a ganhar corpo a partir da década de 90, com as transformações que esta área vem passando, sendo as discussões voltadas, sobretudo para as novas tecnologias e a atuação do profissional da informação. Vale ressaltar que esta discussão ainda ocorre em campos muito superficiais, sendo preciso estabelecer um elo histórico, político e social que levou a Biblioteconomia a adquirir as suas características atuais, bem como analisá-la cientificamente, visando discutir sobre o seu objeto convidando a Ciência da Informação para embasar as discussões. Falar em identidade é falar em essência, significando dizer que para encontrar e caracterizar a identidade biblioteconômica é necessário ir além do que apregoa as aparências da profissão, no que tange as origens, atuação profissional, ensino, e outros aspectos, implicando em amplas reflexões teóricas, abordagens que definam a importância, a atuação, a formação, enfim, a existência da área como instrumento de contribuição informacional para a sociedade. Mais importante ainda nesse processo de reflexão e busca de identidade é valorizar as qualidades que permeiam a área e retificar carências, buscando auferir soluções para as problemáticas identificadas, a partir das reflexões, de sorte que o processo de busca da identidade não implica somente em sua identificação, mas em transformações que sejam benéficas para a classe, contribuindo para com a sociedade.

Palavras-chave: Identidade – Biblioteconomia – Ciência da Informação – História – Objeto de Estudo.

ABSTRACT

The identity is eminently a term discussed, mainly starting from the decade of the century XX. In if treating the librarianship, the discussion concerning the identity began to win force starting from the decade of 90 with the transformations that this area is passing, being te returned discussions, above all for the new technologies and the information professional' s performance. It's worth to point out that this discussion still happens in very superficial fields, being needs to establish a historical, politicize and social link that took the librarianship to acquire your current characteristics, as well as your analyse the scientifically, seeking to discuss on your object inviting the information science to base the discussions. To speak in identity is to speak in essence, meaning to say that to find and to characterize the identity librarianship is necessary to go in addition it divulges the appearances of the profession, in what it plays the origins, professional performance, teaching and others aspects, implicating in wide theoretical reflections, approaches that define the importance, performance, formation, finally the existence of the area as instrument of contribution informacional for Society. More important still in that reflection process and identity search and to value the qualities that permeate the area and to rectify lacks, looking for to gain solutions for the identified problems, starting from the reflections, luck that the process of identity search doesn't only implicate in your identification, but in transformations that are beneficial for the class, contributing to the society.

Keywords: Identity – librarianship – information science – History – Study object

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
2 A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE.....	16
2.1 Breve Histórico sobre Identidade.....	16
2.2 Tipos e Conceitos de Identidade.....	18
3 O CAMINHAR DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: REFLEXÃO DE SUA TRAJETÓRIA NA BUSCA DA CARACTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA.....	22
3.1 Chegada da Biblioteconomia no Brasil: marcas de uma identidade.....	23
3.1.1 Breve Histórico das Bibliotecas Coloniais no Brasil: os primeiros indícios para o advento da Biblioteconomia.....	23
3.1.2 O Advento da Biblioteca Nacional (BN): Gênese do Movimento Fundador do Ensino de Biblioteconomia no Brasil.....	35
3.1.3 O Ensino de Biblioteconomia em Nível Superior no Brasil: sua trajetória e dimensões educativas na busca de Identidade.....	44
4 O OBJETO DE ESTUDO DA BIBLIOTECONOMIA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA PARA A CARACTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA.....	52
4.1 O Objeto de Estudo da Biblioteconomia: Percepção Técnica da Informação ou Visão Humanística?.....	53
4.2 Caracterização da Identidade Biblioteconômica pelo viés Epistemológico: objeto de estudo ou campos de estudo?.....	57
4.3 O Objeto de Estudo da Biblioteconomia embasado pela Ciência da Informação: realidade ou mito?.....	61
5 A IMPORTÂNCIA DA CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL E O CARÁTER IDENTITÁRIO DO BIBLIOTECÁRIO.....	67
6 IDENTIDADE E CRISE DE IDENTIDADE: A REALIDADE DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA.....	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	82
ANEXOS.....	87

TEXTOS DE ESCRITORES BRASILEIROS SOBRE BIBLIOTECONOMIA.....	88
REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE ATUAL E FUTURA DO BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL.....	88
“BIBLIOTECONOMIA” MÁRIO DE ANDRADE.....	94
“UM BIBLIOTECÁRIO” GILBERTO FREYRE.....	96
“O BIBLIOTECÁRIO” EMÍLIO CARRERA GUERRA.....	98

1 INTRODUÇÃO

A questão da identidade tem sido discutida de forma acalorada pelos cientistas, pesquisadores, que buscam questionamentos e inferências acerca do assunto em questão. Com efeito, é pertinente verificar que as mudanças são pontos fundamentais para a descaracterização identitária de muitos aspectos. Exemplos de mudanças que podem conturbar a identidade de determinado aspecto podem ser: mudanças de um sistema para outro como foi o caso da transformação do modo de produção Feudalista para o Capitalista, juntamente com o período de transformação da Idade Média para a Moderna e mais ainda do Teocentrismo para o Antropocentrismo, onde se passou a ter uma visão mais ampla acerca da questão humanística, ou ainda essa transformação acelerada do desenvolvimento tecnológico ocorrida, mormente no século XX. Isso implica dizer que as mudanças podem ocasionar perspectivas para determinados setores, bem como limitações para outros.

Assim, é possível perceber uma análise das identidades nas questões sociais, uma vez que as identidades que outrora constituíam os aspectos fundamentais da sociedade (principalmente moderna) estão adquirindo destaque com um contexto identitário inovador nas sociedades pós-modernas (HALL, 1999).

Notificando uma série de análises acerca das identidades verifica-se a importância, neste trabalho, de avaliar a questão identitária na Biblioteconomia. Vale ressaltar que quase todas as profissões estão caracterizadas por uma eminente crise de identidade e a Biblioteconomia precisa buscar saber qual o seu caráter identitário, baseando-se nas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais, dentre outros fatores que podem facilitar ou dificultar os questionamentos acerca dessa identidade.

A identidade tem uma caracterização de princípio, o que significa ser fundamental para a concepção de várias coisas: seja cultura, profissões, campos do conhecimento, dentre outros (HEIDEGGER, 1971). Assim, se a identidade é considerada como um princípio fica a condição de que é preciso abordar a essência das coisas para

conhecer a identidade. No caso o presente trabalho aborda a identidade da Biblioteconomia essencialmente por duas vertentes: perspectivas históricas e objeto de estudo.

A identidade possui também suas marcas, que estão estampadas ou escondidas em determinado estudo (no caso a Biblioteconomia brasileira). Estas marcas biblioteconômicas estão relacionadas ao seu contexto histórico. Está ligada também a necessidade de um profissional para trabalhar com o registro informacional. Está ligada a evolução das bibliotecas. Tem relação com aquela marca que identifica a Biblioteconomia em todo o território nacional, seja por símbolos, frases ou conceitos. Enfim, a identidade biblioteconômica precisa ser analisada de maneira mais profunda, pois é com ela que os aspectos teóricos e reflexões da área e, conseqüentemente, o seu fazer profissional terão sentido para a classe biblioteconômica e para a sociedade.

O primeiro capítulo aborda algumas questões acerca do histórico da identidade, a partir dos estudos de teóricos enfatizando pensadores como Hegel, Simmel, Durkeim e Habermas. Em seguida analisa alguns conceitos e tipos de identidade, tais como: identidade subjetiva, identidade negativa e as relações entre identidade e ideologia; identidade e diferença; identidade e semelhança; essencialismo e não-essencialismo.

Já no segundo capítulo a análise fica em torno das perspectivas históricas da Biblioteconomia, valorizando os seguintes aspectos para a caracterização identitária: as bibliotecas coloniais brasileiras, tendo como destaques as bibliotecas dos jesuítas, franciscanos e beneditinos, assim como as bibliotecas particulares e a censura; o advento da biblioteca nacional (BN) como gênese do movimento fundador do ensino de Biblioteconomia no Brasil e o ensino de Biblioteconomia em nível superior no Brasil, delineando sua trajetória e dimensões educativas.

O terceiro capítulo consta de uma abordagem acerca do objeto de estudo da Biblioteconomia, contribuindo para a caracterização da identidade biblioteconômica através: da percepção técnica ou visão humanística da área; análise pelo viés epistemológico, visando

questionar se a Biblioteconomia tem um objeto de estudo ou campos de estudo? Fonseca (1988, p. 20) afirma que “Quem aceita a Biblioteconomia como ciência está na obrigação de indicar seu objeto”. E o objeto de estudo da Biblioteconomia embasado pela Ciência da Informação: realidade ou mito? A importância dessa reflexão sobre o objeto de estudo, refere-se ao fato de não ser algo unívoco na Biblioteconomia, implicando dizer que as análises feitas em torno do assunto não têm a pretensão de fechar os questionamentos e interpretações, mas apenas traçar caminhos para uma reflexão mais ampla e facilitar o entendimento acerca da identidade da Biblioteconomia.

Adiante, no quarto capítulo verificou-se a necessidade de abordar também a importância da concepção de identidade profissional e o caráter identitário do bibliotecário, discutindo e refletindo acerca de questões históricas referentes à profissão, desde conceitos até aos tipos de profissões: técnica e intelectual, bem como iniciando a abordagem acerca da história da Biblioteconomia para a caracterização de sua identidade.

O quinto capítulo aborda a identidade e crise de identidade enfatizando a realidade da Biblioteconomia brasileira. Neste capítulo fica o destaque para as questões referentes à atuação do bibliotecário e a realidade das bibliotecas brasileiras, especialmente as escolares, públicas e universitárias. Neste campo ela ainda é devedora de uma identidade do seu fazer, ou seja, ela não sabe qual é o seu objeto.

O tipo de pesquisa empregado neste projeto foi exploratório, de sorte que a temática do presente trabalho que analisa a Identidade da Biblioteconomia brasileira por um processo de reflexão histórica e analisando, epistemologicamente, o objeto de estudo é pouco explorada na área, o que implica na necessidade de uma investigação preliminar para, posteriormente, desenvolver estudos mais acurados sobre o assunto do presente trabalho.

Para corroborar com o pensamento da pesquisa exploratória, Gil (1999, p. 43) afirma que;

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizantes. Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

O delineamento da pesquisa ocorre a partir de uma pesquisa bibliográfica, vez que são utilizados essencialmente materiais como livros e artigos científicos. Para embasar o delineamento deste trabalho através da pesquisa bibliográfica GIL (1999, p. 65) afirma:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum trabalho desta natureza, há pesquisas exclusivamente a partir de fonte bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos do espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Com relação à realidade do presente trabalho percebe-se que, por se tratar de uma reflexão de identidade da Biblioteconomia em nível nacional, as fontes bibliográficas permitem o embasamento para organizar as idéias, bem como adequam-se ao contexto histórico através dos dados secundários.

O método utilizado é o dialético, de sorte que a dialética promove uma abordagem para uma interpretação mais ampla da realidade, vez que não estuda os fatos sociais isoladamente, mas busca uma transformação concatenada e coletiva desses fatos, partindo de colocações e abordagens materialistas, baseadas em princípios, tais como: a unidade dos opostos (princípio da contradição); quantidade e qualidade e a negação da negação.

De acordo com Gil (1999, p. 31):

“A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma”.

Vale ressaltar ainda que o presente trabalho visa ampliar os laços de investigação acerca da identidade biblioteconômica, significando afirmar que os assuntos abordados não são simplesmente os únicos que podem detectar essa identidade e que podem levar a outros questionamentos e estudos, a fim de que o bibliotecário reconheça o seu real caráter identitário.

Diante do exposto são notáveis as influências das mudanças e marcas nas questões identitárias que têm proporcionado novas identidades ainda despercebidas ou obscuras na área da Biblioteconomia.

2 A RELEVÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE IDENTIDADE

2.1 Breve Histórico sobre Identidade

É inegável comentar a importância dos estudos sobre identidade para a caracterização de indivíduos, grupos, ciências e diversas outras categorias. Porém, uma interpelação que vem a tona, visando desmistificar inicialmente a contextualização do assunto em tela é: Quando iniciaram os estudos sobre identidade? Obviamente, diante de uma realidade pragmaticamente notável, esses estudos são características indelévels das sociedades contemporâneas ou da modernidade tardia como denominam alguns estudiosos. Porém, a resposta vai além do período referente ao limiar desses estudos, de sorte que com a amplitude da temática identidade fica evidente a aproximada proporcionalidade dos estudiosos que auferiram seu tempo para desenvolver estudos em torno desse assunto.

As transformações evidenciadas nos séculos XIX e XX têm fragmentado as sociedades modernas, bem como interferido nas identidades pessoais relacionadas à classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, em tempos passados, eram considerados referências nos indivíduos. Essas mudanças propiciam, sobretudo, uma crise de sentido, caracterizadas pela descentração do sujeito, tanto no seu mundo social e cultural, como de si mesmos (HALL, 1999).

A própria história da identidade, assim como as sociedades contemporâneas ou da modernidade tardia perpassam por uma crise, vez que muitos autores desenvolveram e desenvolvem até hoje estudos sobre esse assunto, aplicando efetivamente às suas áreas do conhecimento, o que dificulta uma abordagem mais precisa acerca de seu caráter. Juntamente com esses estudos, engendram perspectivas de abordar uma história dialética, transformadora, que ultrapassa os limítrofes da rigidez, da perspectiva estanque do caráter identitário. Por isso, é pertinente a abordagem de algumas visões históricas acerca da identidade, a fim de notabilizar sua ampla importância para o indivíduo e num contexto mais amplo da sociedade contemporânea.

Iniciando por uma análise mais filosófica, a teoria da identidade tem destaque em dois aspectos: inicialmente partindo da teoria clássica alemã no início do século XIX e ulteriormente nos Estados Unidos em meados do século XX. A primeira teoria é representada amplamente pelos estudos do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel, onde a identidade recebe destaque a partir da relação entre a diversidade cultural e a desigualdade social. Hegel aponta para uma perspectiva da construção de uma nova identidade na Alemanha que superasse a relação identitária baseada na língua, cultura e religião que possibilitasse a agregação dos povos germânicos na condição de solidificá-los em um único povo e nação.

Já a teoria identitária dos Estados Unidos tem como baluarte George Herbert Mead, que busca a constatação contrária à de Hegel. Mead, já estimulado com a identidade nacional dos EUA, baseado na questão política e de organização do Estado, busca nesse novo momento a estruturação de uma identidade universal. Dessa maneira, fica a concepção de que a identidade tem aplicabilidade diversa, seja para unificar, especificar uma nação, ou mesmo para dar maior noção da consistência de coletividade perante as nações (OSTERNE, 1991).

Para outros estudiosos a identidade tem forte relação no contexto sociológico, mormente nas abordagens de George Simmel e Émile Durkheim. O primeiro partindo da análise sobre a vida nas metrópoles e o conflito na sociedade moderna, a identidade surge como uma representação de instituições como a Família, o Estado, a Igreja, que se constituem como abstrações, valores da vida social, que se materializam na realidade humana, tanto no caráter individual como coletivo do homem. Para Simmel, o elemento de identidade está quase desintegrado pela moderna sociedade de massa (BAUMAN, 2005).

Já o segundo sociólogo considera um fator de profunda relevância para a teoria da identidade a questão do ser humano não pensar isoladamente, mas através de categorias engendradas pela vida social. A crítica feita por Durkheim às categorias retrata o advento e consolidação da disciplina sociológica de caráter positivo e empírico. O referido sociólogo sugere que as categorias deveriam ser construídas através de fragmentos, sendo o indivíduo peça chave dessa construção, buscando a coletividade (OLIVEIRA, 1976).

Portanto, pode-se perceber a amplitude e fragmentação dos estudos acerca de identidade. Muitos outros intelectuais estudaram a teoria da identidade, tais como: Jürgen Habermas, os marxistas do século XX (George Lukács, Walter Benjamin e outros), Stuart Hall, entre outros estudiosos que desenvolveram suas próprias teorias sobre identidade, enquanto alguns se baseavam nas idéias já existentes para embasar a concepção de identidade na sociedade moderna.

Para um embasamento mais firme sobre identidade, é preciso valorizar os conceitos de alguns tipos, bem como da própria palavra identidade, como forma de conceber sua aplicabilidade ao epicentro deste trabalho que é a Biblioteconomia.

2.2 Tipos e Conceitos de Identidade

Estudar a identidade de determinada instituição, pessoa, profissão, etc. é, sobretudo, compreender a sua essência, ou seja, as suas principais características, seus problemas, suas reflexões e formas de ação¹. Os conceitos expostos acerca de identidade são por demais variados, o que significa dizer que o estudo da identidade de determinado objeto (aqui no caso a Biblioteconomia) deve ser por demais amplo, vez que descobrir a essência desse objeto demanda um estudo acurado de determinados fatores que sejam importantes para área.

Alguns autores procuram definições para a palavra identidade, mas normalmente não esquecem de afirmar a dificuldade da estruturação de um conceito sólido e unívoco. Segundo Hall (1999, p. 8) “o próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea”.

¹ Para o educador Dermeval Saviani faz-se mister associar a concepção de que a ação não é somente uma situação pragmaticamente envidada, mas um conjunto de idéias bem estruturadas, dentro de tessitura consciente dos seus objetivos e finalidades. Isso implica dizer que a ação exige um eminente grau de planejamento e equilíbrio das idéias, a fim de que elas sejam aplicadas com perspectivas mais efetivas de êxito.

Para comprovar essa complexidade, amplitude e variabilidade da noção identitária Osterne (1991, p. 83) afirma:

Fala-se em identidade étnica, lingüística, religiosa, política, contrastiva, sexual, nacional, cultural, ideológica, camponesa, proletária, urbana, processual, estrutural e muitas outras. Sua noção pressupõe complexidade, vez que sempre acoplada a uma interpretação mais geral da realidade. Permanece ininteligível quando não situada no quadro das explicações teóricas em que se localiza.

Notificando essa amplitude da identidade, na sociedade moderna, é preciso delimitar algumas concepções que possibilitem uma visão deste assunto. Iniciando pelo tipo de identidade subjetiva, onde Habermas (1990, p. 50) notifica que a identidade não apresenta somente um sentido descritivo, mas

Ela indica uma organização simbólica do Eu, que, por um lado, reclama para si exemplaridade universal, sendo situada nas estruturas dos processos formativos em geral e tornando possíveis soluções ótimas para os problemas da ação, os quais reaparecem invariavelmente nas diversas culturas, e por outro lado, uma organização autônoma do Eu não se instaura absolutamente de modo singular, quase como um resultado de processos naturais de amadurecimento, mas termina por ser, na maioria dos casos, um objetivo não alcançado.

Nesse conceito percebe-se um alto grau de identificação subjetiva humana que promove a concepção do indivíduo como sendo semelhante aos outros e concomitantemente diferenciado através das interações, construindo no transcorrer de sua vida, enquanto o Eu autônomo e o Eu relacionado com outras pessoas e culturas novas identidades, baseadas em aspectos eminentemente conflitivos.

A concepção de identidade subjetiva pode ser submetida e relacionada diretamente à relação traçada entre a identidade individual ou pessoal e coletiva ou social. A visão é de que ambas devem possuir princípios concatenados, visando à concretização de um mesmo fenômeno, situado em diferentes patamares e condições de realização. Nesta o ser humano constrói seus alicerces na sociedade juntamente com o espírito da coletividade, onde o Eu tem uma relação direta com a sociedade, com o mundo, enquanto aquela parte de uma

reflexão interna (auto-reflexão), onde o ser humano tem uma relação consigo mesmo. Agora, é preciso que ambas estejam relacionadas, a fim de que promovam a concepção de interação, de coletividade, dado a necessidade que os seres humanos têm um do outro para a construção dos seus ambientes, espaços.

Um outro tipo de identidade que merece comentário é negativa. Esse tipo de identidade remete a uma concepção da realidade subjetiva, onde ocorrem influências de fatores positivos e negativos, baseados nessa no Eu autônomo e na relação do Eu com os outros. No caso da identidade negativa ocorre o espectro da inferioridade. Isso ocorre, por exemplo, na relação de classes entre ricos e pobres, onde este por não possuir os mesmos recursos financeiros, as mesmas condições de consumo, etc. coloca-se automaticamente num posicionamento de inferioridade, vez que se desenvolve na sociedade a concepção de quem estuda e esforça consegue conquistar ou alcançar seus objetivos, enquanto aqueles que não conquistaram seus objetivos passam por uma carga onerosa de incapazes, medíocres, acomodados, subservientes, dentre outras adjetivações. Isso implica num processo de caracterização de uma identidade negativa (AZEVEDO, 1992).

Diversos estudos sobre identidade relacionados com outros assuntos são desenvolvidos, dos quais o presente trabalho dá destaque: identidade e ideologia; identidade e diferença; identidade e semelhança.

Com relação à identidade e ideologia é possível notificar uma efetiva contigüidade entre os dois termos, seja num contexto mais particular pela construção histórica que buscam nas representações individuais e coletivas de suas bases, já que ambos os termos não conseguem ter firmeza dentro de uma realidade da sociedade contemporânea sem uma auto-reflexão, bem como uma interação do eu com a sociedade, seja num contexto mais genérico pelo caráter correlato em que ambas estão inseridas. Conforme Oliveira (1968) "Identidade e ideologia fazem parte de um mesmo processo, visando de um lado o amadurecimento individual e, de outro, a solidariedade que liga identidades comuns numa vivência, ação e criação conjunta".

Todavia, identidade e ideologia até se encontravam, mas tinham objetivos diferentes. Embora apresentem caracterizações coletivas do indivíduo, a ideologia está fora da conceituação de identidade, mesmo sendo correlatas, já que a ideologia age como instrumento mantenedor e fortificador do sentimento das identidades grupais (OLIVEIRA 1976). A prova dessa afirmação está no fato de uma reciprocidade entre os fatores supramencionados, onde é preciso a aquisição firme dos indivíduos de um sentimento de identidade, que os fomente a se integrar em grupos ideológicos (GRIMBERG e GRIMBERG, 1971).

Essa perspectiva de fortificação do sentimento de identidade na inserção ideológica coletiva remete a uma relação com a concepção de diferença. Ora, falar de identidade e ainda voltada para a diferença e semelhança remetem inicialmente a uma concepção eminentemente forte e caracterizadora, seja de valores individuais ou coletivos. É necessário que algo afim a uma determinada pessoa ou grupo seja despertado, no sentido de que aquele valor possa ser desenvolvido no indivíduo, tanto no que tange a auto-reflexão de valor interno, como a interação com grupos, visando solidificar as identidades coletivas. Esse essencialismo pode ter suas características em diversos aspectos, tais como: natureza (identidade étnica, raça, relações de parentesco); condições sociais ou materiais (formas de se vestir, ou o que os grupos comem) e o social e simbólico (incluídos e excluídos), dentre outros aspectos. Assim as diferenças dão notabilidade ao sentimento de identidade em virtude de marcar e/ou identificar representações de cunho pessoal e individual que são, por sua vez, materializadas e configuradas em representações coletivas de grupos, que vivificam as relações sociais (SILVA, 2000).

Por isso, é preciso conhecer os conceitos e tipos de identidades, a fim de aplicá-los a Biblioteconomia, visando conhecer também a sua caminhada, evolução que será explanada adiante.

3 O CAMINHAR DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: REFLEXÃO DE SUA TRAJETÓRIA NA BUSCA DA SUA IDENTIDADE

A construção identitária da Biblioteconomia pode ser entendida num contexto eminentemente amplo na perspectiva de entender a sua história, suas conturbações, seus percalços, desafios, êxitos, dentre outros aspectos que corroboraram para a constituição da Biblioteconomia atual. Todavia, percebe-se não ser uma tarefa fácil abordar a história da Biblioteconomia em face de muitas idéias fragmentadas, isoladas (CASTRO, 2000).

Não obstante as dificuldades, é necessário a abordagem acerca da história da Biblioteconomia, a fim de compreender a sua identidade. As etapas pelas quais a Biblioteconomia passou servem de auxílio para uma compreensão mais clara da sua atual conjuntura, pois o conjunto das abordagens de diferentes períodos poderão efetivamente subsidiar o caráter identitário da Biblioteconomia. Segundo Souza (1990, p. 9) “A compreensão da Biblioteconomia brasileira sob uma perspectiva histórica é um caminho fundamental para situá-la diante dos fatos sócio-econômico-políticos”.

Não existe uma data ou um momento certo para a chegada da Biblioteconomia no Brasil. Alguns analisam a Biblioteconomia a partir da Biblioteca Nacional, quando o Brasil teve como marca a conquista de sua independência política. O presente trabalho faz uma abordagem a partir das bibliotecas coloniais (século XVI ao XVIII) não no sentido de afirmar que a Biblioteconomia tenha surgido neste período, mas que é uma marca histórica importante para o surgimento do ensino de Biblioteconomia, a fim de inicialmente gerenciar e administrar bibliotecas.

A identidade biblioteconômica tem suas marcas que precisam ser descobertas. Para tanto, é fundamental a compreensão do caminhar biblioteconômico, valorizando as bibliotecas coloniais, a Biblioteca Nacional e sua contribuição para o ensino e o ensino de Biblioteconomia no Brasil em nível superior.

3.1 Chegada da Biblioteconomia no Brasil: marcas de uma identidade

O advento da Biblioteconomia no Brasil possui grandes variações no sentido de que alguns destes procuram enfatizar a Biblioteconomia desde as suas raízes inspiradas no estilo europeu a partir da década de 80 do século XIX. Porém outros estudiosos avaliam as raízes da Biblioteconomia já nas primeiras décadas do século XX.

Com efeito, outra questão analisada por esses estudiosos é que a Biblioteconomia no Brasil tem como epicentro a Biblioteca Nacional, criada em 1810, pelo governo real português, ainda no período colonial, localizada no Rio de Janeiro capital brasileira no período. bibliotecas através dos colégios jesuítas, peculiarmente a partir de 1550 (CASTRO, 2000).

3.1.1 Breve Histórico das Bibliotecas Coloniais no Brasil: os primeiros indícios para o advento da Biblioteconomia

Não é novidade que a Biblioteconomia é integrante das Ciências da Informação composta de outras áreas, tais como: Documentação, Arquivologia, Museologia, Ciências da Computação, Comunicação, dentre outras e que possui um legado advindo essencialmente das bibliotecas.

Dessa forma, para um entendimento da história das bibliotecas no Brasil faz-se necessário uma pequena abordagem acerca do caráter funcional da biblioteca de um modo geral, ou seja, a sua importância, a perspectiva semântica em que está inserida.

É possível perceber que a história das bibliotecas possui uma marca que parte de um legado histórico fundamental: registro da informação e organização do conhecimento. Com efeito, esse registro da informação ganhou dimensões mais largas e, por conseguinte, foi

se aperfeiçoando na medida em que a produção informacional foi se desenvolvendo. É possível esclarecer a importância da história das bibliotecas no Brasil, baseado na explicação acerca do caráter funcional da biblioteca, que pode ser considerado precipuamente o registro informacional.

Para embasar o pensamento referente à história da biblioteca, configurada na perspectiva de registrar a informação Milanesi (1983, p. 16) afirma:

A história da biblioteca é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto amplo: a própria história do homem. Na medida da produção do registro informativo, o homem engendrou sistemas - tão rudimentares quanto à informação registrada - para não dispersá-la. Era preciso reter a informação sobre algum suporte concreto; conseqüentemente tornou-se imprescindível a preservação desses suportes - os documentos - bem como a organização deles. Quanto mais documentos produzidos, maior a exigência do controle.

E como a biblioteca inseriu-se no Brasil? Em qual período as bibliotecas chegaram ao dito país? Qual o conteúdo essencial que as bibliotecas brasileiras adquiriram, ou seja, quais as informações que as bibliotecas mais registraram? Qual a relação da Biblioteca com o advento da Biblioteconomia? Essas interpelações, bem como outras são pertinentes para a compreensão da caracterização identitária da Biblioteconomia, de sorte que será possível identificar as suas raízes, a sua função precípua no seu nascedouro.

No Brasil o processo de instauração de bibliotecas tem o advento quando da vinda dos jesuítas no início do século XVI, que introduziram duas marcas fundamentais que caracterizam a sua vinda: evangelização e colonização. Atribui-se a noção de que são duas ações eminentemente opostas, mas que na concepção jesuítica, necessárias, a fim de conceber o processo de arbitramento, visando adaptar os índios a cultura européia, ocasionando, por conseguinte, a aculturação indígena.

Com efeito, o processo que permeia as bibliotecas na colônia possui fortes indicadores sociais, econômicos e políticos e religiosos. Essa afirmação pode ser comprovada

no sentido de que as bibliotecas coloniais eram divididas essencialmente em: biblioteca dos jesuítas, de outras ordens religiosas e a dos particulares².

Com relação às bibliotecas dos jesuítas as dificuldades em suas implantações se davam em larga escala. Primeiramente no que tange a quantidade de livros trazidos que normalmente eram insuficientes para suprir a demanda dos colégios que fundariam ainda no século XVI³. Em seguida pela dificuldade em trazer diretamente de Portugal essa gama de livros. Porém, mesmo diante das dificuldades muitos materiais eram trazidos da Metrópole, bem como os padres escreviam suas próprias cartilhas, a fim de acurar os seus conhecimentos.

A vantagem é que alguns eclesiásticos visitavam o Brasil e procuravam escrever sobre as bibliotecas do período colonial, salientando ainda que alguns doavam suas bibliotecas para os colégios, como foi o caso da doação feita pelo eclesiástico Bartolomeu Simões de Pereira a Biblioteca do Rio de Janeiro em 1601, deixando metade dos seus livros ampliando eminentemente a biblioteca do Estado supramencionado.

Percebe-se dessa forma certa facilidade em tecer comentários acerca das bibliotecas jesuíticas em comparação a de outras ordens religiosas, de sorte que as pesquisas feitas em torno delas se deram em dimensões mais amplas, nos trabalhos envidados pelo padre Serafim Leite. Tendo por base as pesquisas de Serafim Leite, o grande e renomado bibliófilo Rubens Borba de Moraes (2006, p. 8) revela com relação às bibliotecas de alguns colégios dos Estados do Brasil no período colonial:

Serafim Leite conta que a do Maranhão estava muito bem instalada em sala especial onde cabiam “até 5 mil volumes”. A biblioteca do colégio de Santo Alexandre do Pará, em 1760, tinha mais de 2000 volumes. A do colégio da Vigia, 1010 volumes. Diversas outras casas jesuíticas de menor importância tinham seu

² É pertinente dar ênfase sobremaneira aos jesuítas perante as outras ordens religiosas em virtude da sua aparição em massa logo no início da colonização, por volta de 1549, principalmente pelo fato de terem sido um dos precípuos colonizadores. Nenhuma ordem religiosa se atribuiu de forma tão efetiva, eficiente e eficaz em colonizar índios e instruir colonos quanto os jesuítas. Daí, essa ordem religiosa merecer uma análise mais complexa e peculiar.

³ Os colégios fundados pelos jesuítas tiveram ampla disseminação pelo Brasil, constituindo bibliotecas de grande porte a começar por Salvador (primeira província a estruturar uma biblioteca em seu colégio ainda no século XVI), sendo acompanhados em menor escala pelos colégios do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

milhar de livros. Serafim Leite calcula em 12000 os livros existentes no Maranhão e no Pará. O colégio do Rio de Janeiro tinha 5434 volumes em meados do século XVIII. Mas a mais rica de todas estava em Salvador. O teto da suntuosa sala é “uma das jóias brasileira”. O painel central (*Sapientia aedificavit sibi domum*)⁴ é, incontestavelmente, uma das mais belas representações da cultura barroca no Brasil [...] Essa biblioteca começada modestamente com as obras trazidas pelo padre Manuel da Nóbrega, em 1549, chegaria a possuir 15000 volumes quando foram expulsos os jesuítas. É um número considerável para a época.

Com efeito, as bibliotecas dos jesuítas tinham seus motivos para que fossem consideradas as mais reconhecidas tendo como marcas a quantidade e qualidade de acervo. O primeiro deles é o favorecimento em suprir suas necessidades pessoais. O segundo deve-se ao fato de suprir a demanda de material nos seus seminários e colégios, onde os alunos tinham acesso para o aprendizado. Vale destacar, por sua vez, que a biblioteca de Salvador oferecia cursos equiparando-se a verdadeiras faculdades, tendo o exemplo seguido posteriormente por Rio São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará (MORAES, 2006).

Ao contrário do que parece uma marca identitária da história das bibliotecas coloniais é que não foram somente os jesuítas que deram uma efetiva contribuição para a construção de bibliotecas e, por conseguinte, formatando sua contribuição para a história do período colonial e, por conseguinte, do Brasil. Outras ordens religiosas também contribuíram eminentemente para a história das bibliotecas coloniais brasileira.

Segundo o padre Serafim Leite (1942, v.7, p. 144), grande pesquisador do período colonial brasileiro, especialmente das Companhias de Jesus instaladas no Brasil, uma marca importante para educação deste período é que “A Igreja foi à única educadora do Brasil até o fim do século XVIII, representadas por todas as organizações religiosas do clero secular e do clero regular, que possuíam casas no Brasil”.

Pode ser destacada, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas, que chegaram já em meados do século XVII (ou mesmo que tenham seus registros atestados a partir desse século). A prova de que outras ordens forneceram suas

⁴ A sabedoria já edificou a sua casa (Provérbios 9:1).

contribuições está nos seus métodos de estudos. Os franciscanos, por exemplo, agregaram métodos de valores experimentais das ciências, valorizando os estudos de ideais franceses, representados, sobretudo pela idéia da ilustração, enquanto os métodos jesuíticos eram essencialmente escolásticos⁵.

Com os estudos científicos, os franciscanos deram base para grandes modificações pedagógicas no período colonial, produzindo marcas principalmente quando da implantação de duas reformas: a primeira foi a dos franciscanos no Rio de Janeiro, em 1776, enquanto a segunda deu-se em Olinda, vinte e dois anos depois (1798), através do Seminário da Graça. Embora a reforma franciscana carioca tenha ocorrido primeiro, bem como tenha sido um marco para a transformação pedagógica no período colonial foi em Olinda que a divulgação deu-se em escala mais larga, em virtude do bispo de Pernambuco, José Joaquim da Cunha de Azere do Coutinho ter levado a cabo de forma mais efetiva a divulgação do seminário supramencionado e, precipuamente, pelo fato de por lá terem passado alguns dos “patriotas” de 1817 (MORAES, 2006).

Na verdade, pouco é sabido acerca das bibliotecas franciscanas, todavia, a exemplo das bibliotecas jesuíticas, as bibliotecas que aduziam acervo quantitativa e qualitativamente mais complexos eram a de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Era uma biblioteca efetivamente pensante e atuante, baseado como já exposto na idéia da ilustração (MORAES, 2006).

No que tange aos beneditinos tinham bibliotecas com acervo bem estruturado, tendo por base a compra e a herança, assim como diversos livros que vinham diretamente de

⁵ A Escolástica significa um conjunto de doutrinas, partindo dos ensinamentos de filosofia e teologia ensinados nas escolas medievais e estimulando os estudos sobre a dicotomia razão e fé.. Divide-se em quatro fases: a primeira vai do fim do século V até o fim do século IX, compreendendo período do surgimento e desenvolvimento dos reinos romano-barbáricos até a restauração do Império Romano pelos Carolíngios, tendo como características um processo obscuro do medievalismo, mas com momentos do renascimento cultural, com base no pensamento da antiguidade, tendo como grandes representantes Boécio e Escoto Eriúgena; a segunda fase tem início no século X até o século XI, caracterizada pelas reformas monásticas e renovação política da Igreja, representada pelas cruzadas e liderada por Anselmo de Aosta e Abelardo; a terceira fase tem como marco o advento das universidades no decorrer do século e teve como baluarte os ideais de Santo Tomás de Aquino e a quarta e última fase perfaz o século XIV e se caracteriza pela crise da Igreja e do Império, instigado por Ockham.

Lisboa. As bibliotecas beneditinas têm como baluartes o abade D. frei Lourenço da Expectação Valadares e o historiador D. frei Gaspar da Madre de Deus, respectivamente nas capitanias do Rio de Janeiro e de São Vicente. Curioso observar é que no contexto majoritário das capitanias ocorria a expansão das bibliotecas beneditinas, contudo, na capitania de Minas Gerais, só foram existir bibliotecas públicas após a independência do Brasil, dado que eram proibidos os conventos na dita capitania.

Porém, uma marca importante nesse período é que essa efervescência das bibliotecas de ordens religiosas teve o seu declínio e fim com a decadência dos conventos pelo fato do Marquês de Pombal decretar que novos conventos não fossem criados. As bibliotecas dos conventos tiveram seu apogeu cultural, de formação intelectual dos jovens brasileiros que iam estudar em Portugal até a segunda metade do século XVIII. Com a medida de Pombal os conventos (e peculiarmente as bibliotecas conventuais) deixavam de ser referência cultural e intelectual da sociedade brasileira.

No que concerne as bibliotecas particulares muito pouco se sabe sobre sua realidade, principalmente no período que permeia os séculos XVI e XVII. Todavia, é neste século que os livros ganham maiores dimensões nas mãos de particulares, aumentando substancialmente o acervo de suas bibliotecas. Em São Paulo, por exemplo, um Estado de eminente pobreza, percebe-se com certa ênfase livros nas mãos de particulares, tais como: Rodrigues Tenório de Aguiar, Pedro Fernandes, Alcântara Machado (MORAES, 2006).

Com efeito, um Estado que merece ênfase peculiar no que tange a bibliotecas particulares é Minas Gerais. Inicialmente, por ser uma capitania eminentemente rica, em face da intensa exploração de ouro e diamantes estimulavam alguns moradores a compra livros, inclusive obras raras de alto valor no período. Segundo, quiçá por Minas Gerais ser um Estado onde os conventos eram proibidos, a busca de livros, materiais para aprofundamento intelectual tornava-se uma constante mais notável do que em outras capitanias do país.⁶

⁶ Em Minas Gerais a compra de livros para a composição de bibliotecas particulares se deu em larga escala, mormente de homens mais ricos, como é o caso de Manuel Nunes Viana, que tinha contato com mecenas literários, comprando alguns livros, tais como: Peregrino da América (1728) e o terceiro volume da obra Décadas.

Uma marca que prova que as bibliotecas particulares tinham um desenvolvimento maior em Minas Gerais pode ser atestada quando da estruturação de movimentos inspirados essencialmente nos ideais franceses (Inconfidência Mineira), tendo como precípuos intelectuais e obras disseminadas Jean-Jacques Rosseau, Montesquieu e Fénelon; O Contrato Social, O Espírito das Leis e o Telêmaco, respectivamente. Alguns dos homens ricos e intelectuais de Minas que possuíam estas e outras obras de cunho francês são: Manuel Ribeiro dos Santos, José Vieira Couto, Antônio Gonçalves Gomide, dentre outros. Outros Estados em caráter bem minorado com relação a Minas também tiveram suas bibliotecas particulares. Na Bahia é verossímil que intelectuais como Gregório de Matos e outros tivessem uma considerável quantidade de livros (MORAES, 2006).

A carência notável do escasso registro informacional acerca dos livros e das bibliotecas e de uma maneira mais ampla do registro informacional do período colonial deve-se substancialmente à censura. Os portugueses mantinham intensa rigorosidade no que tange a publicação e circulação de impressos. Quiçá essa questão tenha se desenvolvido no transcurso histórico dando a biblioteca (em seu contexto majoritário) um caráter conservador, mas com maior efetividade em virtude dos responsáveis pela biblioteca (Coroa Portuguesa e a Igreja) do que pela própria instituição.

Mais uma vez utilizando o comentário de Milanesi (1993, p. 23 e 24) desta feita sobre a censura dos livros nas bibliotecas coloniais:

Desde 1536, qualquer impressão de livro passava por três censuras: Santo Ofício e Ordinário (da Igreja Católica) e o Desembargo do Paço (poder civil). As censuras eram independentes. A primeira lista de obras publicadas surgiu em 1551 sob a responsabilidade do Cardeal Inquisidor Geral, o Infante D. Henrique. Em 1768, o Marquês de Pombal aperfeiçoou a censura, unificando as três existentes, sob a denominação de Real Mesa Censória. Só em 1821 foi abrandada a censura, isso quando o Brasil rompia com Portugal.

É pertinente observar que a população do período colonial era majoritariamente analfabeta, o que pouco despertava o interesse pela leitura ou acesso a biblioteca. Destarte, percebe-se que a censura era imposta intensamente aos intelectuais e

homens ricos que buscavam a aquisição de livros de ideais revolucionários, que confrontassem a ideologia da Coroa Portuguesa.

Contudo, a censura no Brasil tem um processo que perdura até os dias atuais, superando as barreiras do livro, disseminando-se pelos diversos suportes informacionais: televisão, rádio, jornal, internet, comprovando tal afirmação. Rubens Borba de Moraes (2006, p. 59-60) complementa e explicita de forma mais acurada o caráter censório atribuído por Milanesi, mormente após a queda de Pombal:

Depois da queda de Pombal, a rainha D. Maria I reformou a censura pelo decreto de 21 de junho de 1787, criando um novo organismo: a Comissão-Geral para o exame e a Censura de Livros. As cortes de 1820, pelo decreto de 31 de março de 1821, aboliram a Inquisição, mas não acabaram com a censura. Ficou nas mãos do ordinário, para as questões de fé católica e nas do Desembargo do Paço para as questões políticas. D. João VI, pela lei 4 de julho de 1821, deu certa liberdade à imprensa, regulando os delitos e entregando-os à Justiça regular. São essas, sucintamente, as etapas por que passou a censura em Portugal e no Brasil no período colonial.

É pertinente a valorização do estudo da censura, pois torna-se possível introduzir a importância e participação do bibliotecário no processo de organização e registro informacional, bem como as barreiras enfrentadas para superar todo o processo censório, desde a chegada dos jesuítas. Porém, é preciso reconhecer que alguns questionamentos ofuscantes precisam ser elucidados, a fim de possibilitar a identificação do bibliotecário no período, seu caráter funcional e principalmente a sua caracterização identitária, epicentro do presente trabalho.

Para que haja uma noção de identidade é preciso unir os diversos momentos históricos em busca de uma solidez, seja na concepção do indivíduo, seja na concepção coletiva. Para comprovar essa afirmação, SILVA (1990, p. 19) argumenta:

A identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora... a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação.

O primeiro questionamento refere-se à nomenclatura do profissional supramencionado no período colonial. Ao que parece, alguns estudiosos já denominavam as pessoas que atuavam nas bibliotecas como sendo bibliotecários. Entretanto, a conturbação não se limita esse aspecto, já que os mesmos que atuavam na biblioteca recebiam o nome de livreiros, assim como as instituições bibliotecas recebiam os nomes de livrarias.

Eis o que questiona Moraes (2006, p. 16) acerca de um historiador com relação ao bibliotecário (ou livreiro no período colonial) e sua função:

D. frei Gaspar da Madre de Deus, o historiador paulista da capitania de São Vicente, quando foi eleito abade do mosteiro do Rio, reformou a biblioteca, comprou livros e seu amor pela ciência obrigou-o a recolher um livreiro na casa da livraria com avultado salário para compor os livros danificados dos insetos, fazendo ensinar este ofícios a um escravo, para ter cuidado no asseio e limpeza da casa: acrescentou as estantes, que encheu de bons livros, além do F. Mateus da Encarnação Pina que o convento herdara.

No questionamento de Rubens Borba de Moraes vale destacar duas marcas que são fundamentais para uma análise de identidade acerca do bibliotecário (ou de uma maneira mais ampla da Biblioteconomia): o amor pela ciência obrigou-o a recolher um livreiro para a composição de livros danificados por insetos e avultado salário.

A primeira questão mostra a importância do profissional que trabalha na biblioteca no período colonial, mormente no que tange as condições técnicas de restauração, preservação e conservação, baseadas na noção de combate aos insetos, mostrando efetivamente uma condição técnica do bibliotecário e de outros profissionais que exerciam tais ofícios, bem como os profissionais em menção comprovavam sua importância de atuação na designação de uma concepção funcional da preservação da ciência⁷.

⁷ Evidentemente que não era somente o bibliotecário ou livreiro que desempenhava essas tarefas. O próprio Rubens Borba de Moraes argumentava que a palavra livreiro não significava 'mercador de livros' mas designava as pessoas que exerciam também a função de encadernador, dobrador de folhas tipográficas e até mesmo o bibliotecário (MORAES, 2006, p. 22).

A segunda refere-se ao padrão financeiro, onde os profissionais tinham uma valorização eminentemente considerável em virtude dos poucos recursos de restauração de livros para o período. Isso implica na exigência intensa da contratação dos serviços de um profissional desse porte.

Porém, a primeira questão que foi bastante valorizada no período colonial diante dos poucos recursos de restauração, conservação e preservação de livros tenha sido quiçá um dos precípuos motivos que caracterizam os bibliotecários na atualidade como um guardador de livros. Mesmo assim, já naquele período havia uma qualificação dos bibliotecários como sendo mais do que simplesmente guardiões ou guardadores de livros.

O Padre Serafim Leite (1945, p. 93) com relação à biblioteca (ou livraria como também chamavam) do Colégio da Bahia na valorização do bibliotecário afirma:

O Colégio teve sempre bons bibliotecários. Um deles, o próprio P. António Vieira, segundo as suas palavras, de que fora sempre bibliotecário < em todos os Colégios >. Quando ele escrevia isto, já havia passado pelos da Baía, Maranhão, Pará, Lisboa, Porto e Coimbra. E para a livraria de Coimbra mandara fazer, < às suas custas >, estantes novas.

Fica a ponderação de que os requisitos para a aquisição ou mesmo que as pessoas fossem consideradas bibliotecárias encontrava-se na condição de intelectualidade do indivíduo, já que no período colonial não existia uma concepção tão bem formatada de um profissional que realmente devesse trabalhar em uma biblioteca. A concepção era mais valorizada pelo conteúdo da pessoa do que pelo seu caráter técnico de organização do material.

Conforme o autor Milanesi (1993, p. 25) argumenta que os requisitos para desenvolver o papel de bibliotecário no período colonial eram: “Deverá ser um sujeito de muito boa conduta que saiba bem ler, escrever e contar”. Assim, esse processo histórico atesta



a observância do bibliotecário como sendo alguém intelectual, sendo crucial a sua noção de armazenar a informação (no período colonial obviamente livros).

A prova concreta desse questionamento está mais uma vez registrada pelo Padre Serafim Leite (1945, p. 92-93) quando complementa seu argumento acerca da valorização do bibliotecário como sendo um cidadão eminentemente intelectual e sua noção de organização do acervo da biblioteca do Colégio da Bahia:

Por fortuna, achou-se um excelente bibliotecário no Ir. António da Costa, que entrou na companhia, na Baía, a 23 de Julho de 1677, com 33 anos e faleceu na mesma cidade a 17 de Outubro de 1722. É o bibliotecário a que se refere à informação de 1694 diligente e hábil⁸. Natural de Lião de França, um dos maiores centros livreiros daquele tempo, bibliotecário, encadernador e tipógrafo (bibliopegus et typographus). António da Costa sabia latim, e organizou com perfeição o Índice da Biblioteca, por matérias e autores, documento sem dúvida submerso talvez ainda na papelada dos Arquivos.

Diante dessas expressivas afirmações do Padre Serafim Leite percebe-se a constante variação na nomenclatura referente à biblioteca/livraria e bibliotecário/livreiro, o que destoa profundamente a concepção de “nomenclaturar” o bibliotecário e até mesmo a sua ação, aliando ainda a noção de que um intelectual que tivesse visão técnica e fosse grande leitor e escritor atribuía requisitos para trabalhar numa biblioteca.

Com efeito, vale ressaltar que com a decadência dos conventos, introduzida efetivamente pela aplicação da censura por Pombal, fez com que grande parte do acervo das bibliotecas fosse abandonado e, por conseguinte, perdido, principalmente por ação dos insetos. Para ampliar os laços de questionamentos (MORAES, 2006, p. 24 e 25) assim explicita o processo que culminou com a periclitância dos conventos no Brasil, enfatizando, sobremaneira a situação de Olinda e São Paulo:

A circular de 19 de maio de 1835, do governo imperial, proibindo o noviciado, foi uma sentença de morte para os conventos. Algumas ordens, em certas províncias, resistiriam mais tempo que em outras. Os beneditinos reconstruíram seu convento

⁸ Remete ao questionamento anterior que fala que a grande biblioteca da Bahia possuía aproximadamente 3.000 livros que era guardada por um diligente e hábil livreiro.

de Olinda em fins do século XVIII; em 1860 ainda tiveram forças para reformá-lo. Mas em breve entrou em tal decadência que ficou meio abandonado, servindo de moradia aos que não tinham outro teto.

[...]

“São Paulo tivera até meados do século XVIII duas boas bibliotecas conventuais: a de São Bento e a de São Francisco. Em 1835, Daniel Pedro Muller levantou a situação dos conventos paulistas. Os carmelitas tinham casas na capital da província, em Itu e em Mogi das Cruzes. Na primeira havia dois religiosos, nos outros apenas um. Os beneditinos instalados nas cidades de São Paulo, Santos, Sorocaba e Parnaíba tinham um único monje em cada mosteiro. Os conventos franciscanos de Santos, Itu, Taubaté, São Sebastião e Itanhaém não tinham nenhum monje. Essa situação repete-se no Brasil inteiro. Os conventos estão vazios, as bibliotecas e os arquivos abandonados por falta de quem cuide deles.

É possível verificar que grande parte do acervo foi perdido por causa da umidade e dos insetos. Outro fator preponderante para a destruição do contexto majoritário do acervo das bibliotecas conventuais foi à falta de pessoal para cuidar do acervo. Esses aspectos agiram de forma mais recrudescedora nas bibliotecas dos conventos de cidades tropicais, tendo como principais representantes as cidades do Norte/Nordeste brasileiro.

Assim, é possível inferir a importância da história das bibliotecas coloniais na caracterização identitária da Biblioteconomia, seja por questões de nomenclatura, causando grandes conturbações históricas referentes à função do bibliotecário e quem é o bibliotecário, que perdura evidentemente de forma menos intensa na Biblioteconomia, seja por quem era capaz de exercer ofícios nesta instituição. A verdade é que a história das bibliotecas coloniais, aliada a diversos fatores que serão avaliados adiante, contribuíram para a efetivação do movimento fundador da Biblioteconomia no Brasil.

Com a decadência dos conventos, dá-se início o apogeu da Biblioteca nacional, um dos baluartes que supervalorizaram diretamente a criação do ensino de Biblioteconomia e indiretamente a regulamentação da profissão, que serão abordados adiante. Dessa forma percebe-se que o contexto histórico caracteriza amplamente a identidade das mais variadas áreas do conhecimento, inclusive da Biblioteconomia, desde que analisado de maneira cronologicamente concatenada e crítica.

3.1.2 O advento da Biblioteca Nacional (BN): gênese do movimento fundador do ensino de Biblioteconomia no Brasil

Como foi visto anteriormente a decadência dos conventos, inicialmente por causa da censura imposta por Pombal fez com que ocorresse um enfraquecimento muito grande de bibliotecas, principalmente as do Estado do Norte/Nordeste: Pará, Maranhão, Pernambuco, dentre outras. Porém, um fato histórico que transformou profundamente a história das bibliotecas no Brasil, bem como destacou a cidade do Rio de Janeiro como pólo sócio-econômico e cultural do país foi à vinda da Coroa Portuguesa, que aportou inicialmente em Salvador no dia 22 de Janeiro de 1808, seguindo algum tempo depois para o Rio de Janeiro.⁹

Assim, com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil logo atestou-se a observância das mudanças e a caracterização de novas marcas históricas na principal colônia dominada por Portugal, privilegiando amplamente a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Fausto (1994, p.125) muitas mudanças foram concretizadas pela Coroa Portuguesa, enfatizando o Rio, dentre as quais ele cita:

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias forma marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da corte e de uma população urbana em rápida expansão.

Vicentino (1999, p. 158) também faz as suas ponderações em torno dos interesses da Coroa Portuguesa em modernizar a cidade carioca em benefício de uma minoria

⁹ A Coroa Portuguesa fugiu de Lisboa, capital portuguesa, em meio ao medo de ser atacada pela França, vez que este país na perspectiva de ampliar seus domínios sobre os países europeus e, por conseguinte, derrubar a Inglaterra, decretou o Bloqueio Continental, em 1806, que significou a não-comercialização de todos os países europeus sob o domínio francês com a Inglaterra. Porém, Portugal, por depender economicamente da Inglaterra, descumpriu a imposição francesa, fazendo acordos secretos com os britânicos, até os franceses através de acordos com a Espanha, em novembro de 1807, invadiram o país lusitano, obrigando a Coroa Portuguesa e aproximadamente umas 15 mil pessoas a deixarem o próprio país, embarcando para o Brasil.

evidentemente, mas que possibilitou uma ampla abertura social, econômica e cultural da cidade e até mesmo de algumas cidades do Brasil:

D. João transformou o Rio de Janeiro na capital do Império luso e quis dar à cidade um ar europeu, digno da sede de uma Monarquia. Para isso, criou órgãos públicos, como ministérios e tribunais, e fundou a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. Também buscou estimular a produção artística, científica e cultural através da criação do Jardim Botânico, das escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, do Teatro Real, da Imprensa Real, da Academia Real Militar, da Academia Real de Belas-Artes, da Biblioteca Real, além de patrocinar a vinda de artistas europeus que retratassem a paisagem e os costumes brasileiros.

A importância destes relatos deve-se a uma série de fatores que beneficiaram o desenvolvimento cultural no Brasil, mesmo sendo para um acesso restrito, onde evidentemente a Biblioteca está inserida e faz-se necessário tecer alguns breves comentários: primeiramente, embora ainda estivesse no período colonial o Brasil já não apresentava as mesmas características de outrora como pode ser confirmado nas afirmações dos autores; em seguida, é importante frisar que a Biblioteca Nacional, epicentro de análise que permeia este questionamento, só pode ser conhecida, partindo de uma abordagem da Biblioteca Real, que passou a ser denominada após a independência política brasileira de Biblioteca Nacional (MORAES, 2006).

Por isso, é preciso refletir a importância da instauração da Biblioteca Real como propulsora da concepção de bibliotecas no Brasil, dando posteriormente ares ao advento da Biblioteconomia pelo viés do ensino¹⁰. Com efeito, é pertinente valorizar a conjuntura da Biblioteca Real, como sendo posteriormente denominada Biblioteca Nacional pode-se reportar mais uma vez ao argumento de (MORAES, 2006, p. 93) quando fala sobre a instalação dessa Biblioteca e sua permanência no período de estadia da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro:

¹⁰ Com relação às bibliotecas no período que D. João esteve no Brasil (1808-1821) não existia somente a Biblioteca Real, ou mesmo as bibliotecas das ordens religiosas do Colégios de São Francisco e São Bento) em franca decadência), mas instituições engendradas pelo Governo Real, tais como: Real Academia Militar, Arquivo Militar, Academia Médico-Cirúrgica, dentre outras também possuíam suas bibliotecas (ou livrarias como ainda também chamavam no período).

O fato é que essa preciosa biblioteca logo que chegou ao Rio de Janeiro instalou-se no hospital da Ordem Terceira do Carmo. Foi inaugurada em 1811, no dia 13 de maio, aniversário do príncipe regente. A consulta era facultada aos estudiosos mediante pedido. Em 1814, abriu-se ao público. O príncipe D. João nomeou logo dois bibliotecários para tomarem conta da Biblioteca Real: frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Damaso. Ambos desempenharam suas funções até voltar para Lisboa, frei Gregório em 1821 e o padre Damaso em 1822, não querendo aderir à independência. Este último levou consigo os Manuscritos da Coroa e alguns outros papéis. Mas a Biblioteca Real ficou definitivamente no Rio de Janeiro. Quando em 1825, Portugal e o Império do Brasil assinaram um tratado onde era reconhecida a Independência, nosso governo pagou a Portugal a quantia de 2 milhões de libras esterlinas pelos bens portugueses deixados aqui. Entre esses bens estava mencionada a biblioteca.

É importante afirmar que mesmo com uma nova identidade sendo inserida em torno das bibliotecas, a expressão livraria ainda vinha à tona com frequência para a instituição biblioteca, assim como livreiro para a expressão bibliotecário.

Outro destaque refere-se à preocupação imediata na contratação de bibliotecários, a fim de organizar o acervo da instituição, sendo valorizado como normalmente ocorreu no período colonial à contratação de homens religiosos, dado a sua capacidade intelectual, o que ainda constata uma noção de que a identidade do bibliotecário não tinha uma caracterização profissional bem definida, haja vista ainda ter a preocupação de que a biblioteca deveria registrar o conhecimento e estar organizada de forma um tanto quanto aleatória, mas inovadora para o período (a melhor forma de organização até o momento era por autor e matéria).

A partir daí é possível adentrar no mundo da Biblioteca Nacional, com o acordo assinado entre o Império do Brasil e Portugal e adentrar com uma propriedade ainda maior acerca da introdução ainda que precoce do ensino de Biblioteconomia no Brasil.

Com a independência do Brasil, a Biblioteca Nacional passou a desenvolver uma ação mais autônoma, porém, ainda de forma restrita no que tange ao setor administrativo. Cronologicamente os diretores da Biblioteca Nacional depois de Viegas e Damaso foram: Frei Antônio de Arróbidia, Padre Felisberto Pereira Salgado; Cônego Francisco Vieira Goulart;

Cônego Januário da Cunha Barbosa; José de Assis Branco Muniz Barreto (o primeiro que não era religioso); Frei Camillo de Monserrate; Benjamin Franklin Ramiz Galvão; Manoel Cícero Peregrino da Silva, valendo salientar que as referidas direções compreenderam os anos de 1822 a 1924 (CASTRO, 2000).

Algumas gestões da BN merecem destaque. Dentre elas as do Frei Camillo de Monserrate, Ramiz Galvão e de Manoel Cícero Peregrino da Silva. Com relação ao primeiro procurou inovar, superando as perspectivas de limitar-se apenas às atividades de convencionais de mandar copiar catálogos ou mesmo fazer índices incompletos ou summarios incorrectissimos (GALVÃO, 1889).

Ramiz Galvão (1889, p. 121) faz uma homenagem ao seu antecessor na BN ao fazer um breve comparativo da direção de Camillo com as administrações anteriores, afirmando que:

Entretanto Camillo de Monserrate teve como primeira preocupação requerer do governo um novo prédio para comportar adequadamente o acervo sempre crescente, na medida em que o antigo, da Ordem terceira do Carmo, não atendia mais às necessidades. Desta forma, consegue a transferência da biblioteca para um prédio no Largo da Lapa, dedicando-se em seguida à organização dos velhos catálogos, que para os bibliotecários eram... o primeiro dever do officio, e nem se pode conceber bibliotheca, sem essa fonte de luz e sem esse fio directo, que o público reclama com razão.

No que tange ao segundo delineia novas formas de organização para a BN, através de viagens feitas pela Europa, por solicitação do governo brasileiro. Implementou várias mudanças, onde merecem destaques a divisão da biblioteca em três seções: impressos, cartas geográficas, manuscritos e estampas (feito realizado em 1879); ampliação do atendimento ao público das 9 às 11 e das 18 às 21 horas; dentre outras (CASTRO, 2000).

Todavia, uma marca da administração de Ramiz Galvão que merece sublimar enaltecimento é a realização de concursos públicos, em especial de bibliotecários, exigindo conhecimentos de História Universal, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia,

Literatura, Catalogação de Manuscritos e traduções do Latim, Francês e Inglês, tendo como primeiro aprovado no concurso para bibliotecário, o historiador Capistrano de Abreu (FONSECA, 1957).

Finalmente, o terceiro introduz uma nova marca para a Biblioteca Nacional, bem como para a Biblioteconomia no Brasil. Peregrino da Silva estabelece um novo regulamento para a BN, aprovado pelo Decreto 8.835 de 11 de junho de 1911 (BRASIL, 1911, p. 243). O regulamento supramencionado tem como idéias mestras a divisão da BN em quatro seções: Impressos (abrangia livros, folhetos, publicações periódicas, músicas impressas e impressos avulso); Manuscritos (abarcava manuscritos, obras de paleografia e diplomática); Estampas (armazenamento de desenhos, chapas gravadas, fotografias, cartas e coleções geográficas, planos e obras de iconografia); Moedas e Medalhas (agregava cédulas, vales, decorações, títulos representativos de valor, obras de numismática, sigilografia e filatelia), etc. (CASTRO, 2000).

É de Peregrino da Silva que surge o primeiro de Curso de Biblioteconomia no Brasil, partindo evidentemente da Biblioteconomia (ainda não era curso de nível superior). Com efeito, uma série de abordagens merece destaque, buscando atestar o caráter identitário da Biblioteca Nacional, comparado inicialmente à situação das bibliotecas coloniais, e posteriormente relacionado ao início da caracterização de identidade da Biblioteconomia, enquanto ensino e profissão (embora ainda não houvesse a regulamentação da profissão de bibliotecário).

Adentrando efetivamente no ensino de Biblioteconomia no Brasil, pode-se perceber que ele remonta o início do século XX, mais precisamente em 1911 quando a BN fundou o referido curso. Porém, muitos entraves surgiram e atrapalharam sobremaneira a evolução desse curso. O curso que fora criado em 1911 teve suas atividades iniciadas apenas em 1915. Um dos motivos pela demora, foi o fato de que em 1912, o curso não pôde ter início pela desistência de vários inscritos, mormente o contexto majoritário dos funcionários da própria instituição. Foi preciso que o novo regulamento implementasse certas mudanças, a

fim de que os funcionários pudessem participar do curso, como diminuir a onerosidade da carga horária, por exemplo, como já exposto.

Um outro problema que também afetou o início do curso está relacionado a alguns professores, que não se sentiram aptos a ministrar dados conteúdos, onde pode ser enfatizada a área de bibliografia. Contudo, o então diretor Peregrino da Silva alegou que caso os funcionários não tivessem desistido do curso, o problema poderia ter sido facilmente resolvido com a contratação de substitutos (CASTRO, 2000).

Até que em 1915 no período compreendido entre 15 e 31 de março abriram inscrições para admissão do curso, sendo 21 candidatos aceitos, de sorte que atenderam os requisitos da prova escrita de português e provas orais de Geografia, Literatura, História Universal e de Línguas: francês, inglês e latim. Em 12 de abril o curso tem seu início com a disponibilidade de aulas teóricas e práticas. Castro (2000, p. 56-57) afirma que:

Após o término das aulas os alunos submetiam-se aos exames finais por disciplina, que consistiam de provas escritas e práticas, em duas horas para cada uma e provas orais teórico-práticas, de no máximo meia hora. Para serem aprovados, deveriam obter 16 pontos no mínimo. Todavia, só poderiam se submeter aos exames finais, em dezembro, aqueles alunos que tivessem cumprido mais da metade das aulas. Os aprovados realizavam estágios, sem remuneração, nas diversas seções da Biblioteca Nacional, com acompanhamento de um bibliotecário.

Vale ressaltar que o curso oferecido pela BN tinha uma grande perspectiva de capacitar profissionais que tivessem grandes atributos intelectuais, que soubessem estabelecer uma relação de reciprocidade entre o intelectual e o técnico, entre o lato conhecimento do acervo e a organização do mesmo, entre a busca de aperfeiçoamento, ampliação do acervo e a busca de melhorias para a infra-estrutura das seções vigentes na Biblioteca, entre a criação de seções e mecanismos para melhor atender ao público e a execução dos mecanismos para melhor compor o atendimento.

Todavia, o curso da Biblioteca Nacional perdurou somente até 1922 uma vez que o Museu Histórico Nacional, em 2 de agosto de 1921, resolveu criar um curso técnico,

que tinha a finalidade de capacitar profissionais para atuarem nesta instituição, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Público. Segundo os Anaes da Biblioteca Nacional (1916, p. 317) o curso da BN “Para ajustar-se à nova situação substituiu o Regulamento da Bibliotheca, de 6 de Setembro, o sobredito curso profissional denominado de Biblioteconomia, pelo instituído no Museu Histórico”. Vale ressaltar que este curso efetivamente nunca ocorreu, o que interrompeu e atrapalhou por um bom período o desenvolvimento do ensino envidado pela BN (que retornou em 1931, com repercussão nas imprensas carioca e mineira).

Diante do exposto acerca da BN fica a necessidade de algumas ressalvas que venham sobremaneira caracterizar a identidade da Biblioteconomia, Uma questão que transtorna ou conturba a identidade biblioteconômica é o advento do termo bibliotecário. Conforme CASTRO (2000, p. 50):

Cabe ressaltar que o termo bibliotecário passou a ser utilizado, na Biblioteca Nacional, a partir de 1824, quando da aprovação do segundo dispositivo legal – Artigos Regulamentares para o Regimento da Bibliotheca Imperial e Pública – elaborado pelo frei Antonio de Arróbidia. Nesse documento, após a Independência do Brasil, troca-se a denominação Biblioteca Real por Biblioteca Imperial e o administrador geral, até então chamado prefeito ou zelador, passou a chamar-se bibliotecário.

Mais uma vez a nomenclatura vem causar certa conturbação na caracterização identitária da Biblioteconomia. Se o termo bibliotecário surgiu efetivamente em 1824, quais os motivos pelos quais padres, abades, freis e outros religiosos no período colonial que trabalhassem em bibliotecas eram denominados bibliotecários? A importância da nomenclatura envolve um viés histórico que determina padrões de comportamento do período que hoje ainda exercem certa influência na sociedade, como o caráter tecnicista do bibliotecário.

Porém, essa preocupação pode ser mais expansiva ainda do ponto de vista que segundo Carvalho (1994, p.47) “O que houve forma apenas mudanças de nomes, mas as atribuições permaneceram as mesmas com preocupação acentuada na ampliação do acervo em detrimento de sua organização e conservação”.

Assim, percebe-se que uma outra marca biblioteconômica é que poucos eram os bibliotecários que tinham uma visão eminentemente organizacional do acervo com perspectivas de valorizar e desempenhar atividades com vistas à preservação do acervo. O interessante que cria um laço conturbado é que estudiosos como Rubens Borba de Moraes e o padre Serafim Leite denominavam de bibliotecários aqueles que trabalhavam nas bibliotecas coloniais.

A importância desse questionamento deve-se ao fato de que para a instauração do ensino de Biblioteconomia a partir da BN seria preciso uma grande capacitação dos profissionais envolvidos com a biblioteca (no caso religiosos historiadores, bibliófilos, literatos, médicos, juristas, dentre outros).

No início até era possível notificar uma visão mais humana do ensino no Rio de Janeiro, precipuamente pela visão humanista advinda da França, que dava a conotação reflexiva de que a BN pretendia formar um nível ao menos basilar de bibliotecários pensantes, capazes de adquirir um eminente nível intelectual e saber aliar a técnica organizacional e administrativa de uma biblioteca.

O ensino na BN passou por muitas conturbações de cunho ideológico (visão humanista francesa ou a visão tecnicista americana, que começava a ganhar destaque com os cursos de ensino superior dos Estados Unidos). Todavia, é inegável a contribuição do ensino dessa instituição para a formação de bibliotecários, mesmo sem ainda ter uma identidade bem definida, já que a mudança do ensino humanista para o curso técnico instaurado pelo Museu Histórico Nacional.

Uma outra caracterização de identidade do ensino da BN era a composição do currículo do curso que era compreendido pelas áreas e disciplinas: Bibliografia (Administração de Bibliotecas, Catalogação); Paleografia (Cartografia); Iconografia (Sigilografia e Filatelia). Fica a ressalva de que essas especificidades se desdobravam ainda mais, mormente na área de Bibliografia, que serviu de base para a aplicação do ensino nos

anos 40 e de áreas como catalogação e administração de bibliotecas, que têm grande influência atualmente nos currículos de Biblioteconomia (CASTRO, 2000). Ademais, até a década de 1940 diversas conturbações envolveram o ensino na Biblioteca Nacional, quando em 1944, houve uma reforma no ensino da instituição.

Já em São Paulo, o processo foi um tanto quanto mais conturbado do ponto de vista político. Em breves palavras, o ensino paulista teve como marca inicial a biblioteca escolar George Alexandre, do Mackenzie College (1886) e passando já no início do século XX para a biblioteca pública¹¹.

Segundo Almeida e Carvalho (1996, p. 48) o Mackenzie College “Incorpora ao ensino paulista idéias revolucionárias, o que o diferenciava dos outros tradicionais colégios, tais como: Dom Bosco, São José, São Luís e Arquidio-cesano: liberdade de ensino religioso, exclusão de “toda e qualquer forma de discriminação racial, política”.

É com Rubens Borba de Moraes, em 1936, que o ensino de Biblioteconomia Paulista ganha ares mais promissores, com a criação do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, sendo fechado em 1939, pelo prefeito Prestes Maia, que alegou que o Curso não tinha grande utilidade e viabilidade. Entretanto, em 1940, o curso é transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), onde ganha status de nível superior.

Portanto, baseado nessa fundamentação referente aos cursos do Rio de Janeiro (com influência francesa – humanista) e São Paulo (influência norte-americana – tecnicista) respectivamente o ensino de Biblioteconomia em nível superior começou a ganhar força a partir da década de 1940, como será explanado em seguida.

¹¹ A Biblioteca escolar do Mackenzie foi criada em 1886, enquanto o Mackenzie College foi criado em 1870 por George Whitehill e sua esposa Mary Annesly (CASTRO 2000, p. 64).

3.1.3 O Ensino de Biblioteconomia em Nível Superior no Brasil: sua trajetória e dimensões educativas na busca de identidade

Antes de iniciar uma análise sobre o ensino da Biblioteconomia em nível superior, é preciso dizer que o ensino norte-americano foi fundamental para a aplicação dessa máxima do ensino biblioteconômico brasileiro. Assim, o ensino brasileiro, tanto da BN, no Rio, como de São Paulo, que partiu do Mackenzie College deixava de ter uma visão mais humanista (francesa) para ter uma visão do ensino dos EUA (tecnicista). Posteriormente serão pertinentes as abordagens acerca da caracterização identitária que esse ensino ofereceu a Biblioteconomia.

Segundo Souza (2001) a importância crucial do ensino norte-americano deve-se ao fato de que:

Desde o momento em que John Dewey fez o esforço de criação do primeiro curso de Biblioteconomia, em 1887, concebendo-o como a ser realizado dentro de uma instituição de ensino superior, pode-se afirmar a ocorrência e determinação de uma idéia fundadora, isto é, a idéia de que sem escola, sem o status que a escola oferece como respaldo social e político para um grupo profissional fica ainda mais distante a conquista do prestígio econômico.

Com efeito, para uma compreensão mais clara do ensino de Biblioteconomia no Brasil, vale destacar a divisão do mesmo por Souza, S. (1987) que afirma ser dividido em três fases: a primeira vai de 1911-1930 (tendência humanista sob a liderança da Biblioteca Nacional); a segunda fase vai de 1929-1970 (caracterizada pelo tecnicismo americano); e a terceira vai de 1970-1987 (caracterização nacional da categoria bibliotecária e do seu despertar para a realidade nacional).

Essa realidade atual, voltada para a valorização do viés nacional é o resultado de um processo histórico permeado de conturbações e aperfeiçoamentos no ensino, que caracterizam a atual identidade biblioteconômica. Segundo Figueiredo (1978, p. 19) comenta acerca da importância do ensino superior em Biblioteconomia:

A literatura em Biblioteconomia recomenda com grande ênfase que as escolas ou cursos de Biblioteconomia sejam subordinados a uma instituição acadêmica de nível universitário, a fim de poderem usufruir de todos os benefícios, recursos existentes e principalmente da integração com o ambiente, base da interdisciplinaridade necessária.

É preciso enfatizar que estes benefícios promovidos a Biblioteconomia em nível superior estão relacionados à produção de marcas, tais como: ampliação do processo de pesquisa, capacitação docente e discente, interação com outros campos do conhecimento, acuração da produção científica e embasamento acadêmico-curricular, já que a universidade possibilita amplamente essas condições.

O ensino de Biblioteconomia como já explanado teve seu limiar a partir do curso oferecido pela Biblioteca Nacional. Porém, é preciso ressaltar que este ensino não limitou-se em sua própria envergadura, mas procurou dinamizar as ações, engendrando um curso de Biblioteconomia pela FEFIERJ, atualmente Unirio (MIRANDA, 2003)¹².

Após os avanços e polêmicas criados e desenvolvidos nos cursos de Biblioteconomia, no eixo Rio - São Paulo, na década de 1940 os cursos de ensino superior começam a disseminar-se pelo Brasil, atentando para novos métodos de organização de bibliotecas, baseados essencialmente nos Códigos de Classificação Decimal de Dewey (CDD) e Classificação Décima Universal (CDU) e na catalogação.

Para comprovar esta afirmação Barbosa (1979, p.17), menciona que:

A década de 40 foi, no Brasil, inegavelmente, a do início do desenvolvimento das modernas técnicas biblioteconômicas. Várias causas contribuíram para ser essa

¹² Existe certo imbróglio no que tange ao Estado que deu início ao primeiro curso de Biblioteconomia no ensino superior. A Unirio, quando ainda denominava-se FEFIERJ, é um segmento (criado em 1910) do curso baseado na idéia da BN, que foi tornando-se mais lato de acordo com as exigências dotadas para as áreas de Biblioteconomia e Documentação. Já em São Paulo, o curso em nível superior foi criado em 1929, mas com um amplo processo de conturbações. A escola paulista de Biblioteconomia teve como um dos precípuos mentores o bibliófilo Rubens Borba de Moraes. Pode-se assim considerar a FEFIERJ (Unirio) como instituição mestra no ensino superior da Biblioteconomia brasileira.

evolução, destacando-se ente nós: a atuação do recém-criado Departamento Administrativo do Serviço Público, através de seus concursos especializados, que formando melhores técnicos, abriram novas perspectivas de trabalho; a reforma da Biblioteca Nacional, dando aos futuros profissionais maior soma de conhecimento; o aperfeiçoamento de técnicos brasileiros nas universidades americanas e a criação de um serviço nacional de catalogação cooperativa – único, até hoje, na América Latina.

Assim, com a nova perspectiva pedagógico-técnica (ou para alguns técnico-pedagógica em virtude de supervalorizar a técnica como método pedagógico de organização das bibliotecas nos cursos de Biblioteconomia) partindo precipuamente do modelo norte-americano da catalogação e classificação. Todavia, algo que pode ser mais interessante e proveitoso para análise refere-se à ampliação do acesso ao ensino em nível superior, mormente no eixo Rio-SãoPaulo, com a criação do Curso da Escola Livre de Sociologia Política (ELSP) e com a reforma estabelecida em 1944 pelo curso da BN.

Segundo Figueiredo (1978, p. 63) essas ações implicaram efetivamente nas décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX a criação de cursos de graduação em diversos Estados do Brasil. Nas referidas décadas podem ser discriminados a criação dos seguintes cursos:

- Bahia, incorporada a Universidade Federal da Bahia (1942);
- Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” (1944);
- Escola de Biblioteconomia da Universidade Católica de Campinas (1945);
- Escola de Biblioteconomia “Nossa Senhora do Sion” (1948);
- Belo Horizonte, incorporada a Universidade Federal de Minas Gerais (1950);
- Recife, incorporada a Universidade Federal de Pernambuco (1950);
- Curso de Biblioteconomia do Instituto “Caetano de Campos” (1951);
- Curitiba, incorporada a Universidade Federal do Paraná (1952);
- Rio de Janeiro, incorporada a Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da PUC/RJ (1957);
- São Paulo, incorporada a Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR (1959);

Brasília, incorporada a Universidade de Brasília, UNB (1963);
Niterói, incorporada a Universidade Federal Fluminense, UFF (1963);
Belém, incorporada Universidade Federal do Pará, UFPA (1963);
Rio de Janeiro, incorporada ao Curso Autônomo de Biblioteconomia da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1963);
Fortaleza, incorporada a Universidade Federal do Ceará (1965);
Manaus, incorporada a Fundação Universidade do Amazonas, FUA (1966)¹³;
São Paulo, incorporada a ECA/USP – Escola de Ciências e Artes da
Universidade de São Paulo – (1967);
João Pessoa, incorporada a Universidade Federal da Paraíba (1969).
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC (1973);
Universidade Estadual de Santa Catarina, UDESC (1974);
Universidade Federal do Espírito Santo, UFES (1975);
Universidade Federal do Maranhão, UFMA (1976);
Universidade Estadual de São Paulo, em Marília, UNESP (1977).

Vale ressaltar que algumas escolas ainda foram fundadas entre as décadas de 40 e 70, sendo que algumas perderam expressão no cenário nacional, ou mesmo foram extintas, tais como: Escola de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae” (1944); Escola de Biblioteconomia “Nossa Senhora do Sion” (1948); Curso de Biblioteconomia do Instituto “Caetano de Campos” (1951);

Nas décadas de 80 e 90 e já no século XXI, novos cursos de graduação começam a surgir, mormente nos Estados do Norte/Nordeste brasileiro, tais como:

Universidade Federal de Goiás, UFG (1985)¹⁴;
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN (1996)¹⁵
Universidade Federal de Alagoas, UFAL (1998)¹⁶;

¹³ Atualmente integrado a Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

¹⁴ Retirado do site: <http://www.prograd.ufg.br/cursos/biblio.php>

¹⁵ Retirado do site: <http://www.ufrn.br/ccsa/biblioteconomia.htm>

Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT (1999)¹⁷;

Fundação de Lowtons de Educação e Cultura, FUNLEC (2001)¹⁸;

Universidade Estadual do Piauí, UESPI (2003);

No que tange a pós-graduação, surge o curso de Mestrado em Ciências da Informação idealizado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD - (atualmente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT) em 1970, que promoveu uma nova discussão acerca da Biblioteconomia, haja vista a capacitação mais ampla dos estudantes na área com esses cursos. Na década de 80 a pós-graduação se fortifica com a criação e desenvolvimento de mais cursos de Mestrados. Segundo Francisco das Chagas (1990, p. 83) os cursos de pós-graduação foram assim divididos nas regiões brasileiras:

Região Sudeste: Rio de Janeiro (o curso criado pelo IBBD e hoje na UFRJ); Campinas-SP (o curso da Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Belo Horizonte (o curso da Universidade Federal de Minas Gerais); Região Centro-Oeste: Brasília (o curso da Universidade de Brasília); Região Nordeste: João Pessoa (o curso da Universidade Federal da Paraíba)¹⁹.

Na pós-graduação, ainda acontece, na década de 90, o advento de mais alguns cursos em Ciência da Informação, promovendo maior capacitação do corpo docente. Alguns cursos que foram criados são: Universidade Federal da Bahia – 1999 – (Mestrado); Universidade Federal de Santa Catarina – 2003 – (Mestrado) Universidade Estadual Paulista – UNESP – (Mestrado e Doutorado).

Diante desse quadro cronológico, faz-se necessário uma avaliação acerca da caracterização identitária e mesmo da crise de identidade que o ensino de Biblioteconomia promoveu a área num contexto mais lato. É importante mencionar que o ensino possui uma

¹⁶ O curso da UFAL surgiu com o nome Ciência da Informação. Retirado do site: <https://sites2.ufal.br/prograd/academico/cursos/cieninformacao>

¹⁷ Retirado do site: <http://www.ufmt.br/cae/arquivos-doc/autorizados.doc>

¹⁸ <http://www.funlec.edu.br/Graduação/CursodeBiblioteconomia/tabid/70/Default.aspx>

¹⁹ Na Paraíba, o mestrado passou um tempo inativo, mas está retornando no período 2007. Ressaltando também que os cursos da UFMG, UNB, possuem Mestrado e Doutorado, enquanto os demais possuem Mestrado.

gama de fatores a serem abordados, visando essa caracterização, quiçá pelo estímulo ao pensamento, à produção que possibilitou e possibilita uma reflexão teórico-científica mais equilibrada, baseada na realidade da área.

O primeiro fator que pode ser considerado um dos determinantes da identidade biblioteconômica refere-se ao padrão de modelo norte-americano implementado no Brasil de uma maneira um tanto quanto deturpada, ou mesmo desenvolvido de uma forma inadequada à realidade brasileira.

Conforme Souza (1995, p. 43) ‘A exigência de diploma universitário, antes da formação em Biblioteconomia, como nos EUA, não foi adotada pelos bibliotecários brasileiros, quando da criação de Cursos e Escolas’. Assim, Francisco das Chagas considera que o modelo brasileiro adequou-se eminentemente ao setor tecnicista norte-americano, relegando a um plano inferior o aspecto mais humanista.

Vale ressaltar que o próprio Francisco das Chagas afirma que John Dewey, fundador da Escola de Biblioteconomia dos Estados Unidos, em 1887, na Universidade de Columbia, baseada no pragmatismo buscou superar o racionalismo técnico. Porém, uma marca que se configurou numa caracterização de identidade negativa é que o modelo adotado nos Estados Unidos não chegou ao Brasil adaptado à realidade deste país, mas apenas foi uma reprodução de duas realidades diferenciadas, que a priori deram um grande salto a Biblioteconomia brasileira em virtude da instauração do ensino superior e, por conseguinte, da dinamização do ensino. Todavia, teve grandes percalços no que se refere falta de originalidade do curso de Biblioteconomia no Brasil, haja vista que a segmentação do ensino seria importante do ponto de vista da efetivação do ensino superior, mas ocasionaria detrimientos por causa da não adaptabilidade à realidade social, econômica, política e cultural brasileira.

Outro aspecto ainda de grande importância na busca da caracterização identitária do ensino concerne à existência e desenvolvimento da Ciência da Informação. Com

a inserção da Ciência da Informação (valorizando essencialmente o advento de seus cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil), a Biblioteconomia começou a atribuir-se da utilização da Ciência da Informação como campo de produção científica, na perspectiva de superar um pensamento eminentemente tecnicista.

Percebe-se dessa forma uma relação eminentemente estreita da Biblioteconomia com a Ciência da Informação, principalmente através do registro do conhecimento. Porém, é pertinente considerar que esta não surgiu daquela, mas a Ciência da Informação aliada às novas tecnologias da informação vêm contribuindo com novas práticas e serviços bibliotecário. Isso significa que ambas buscam alternativas de desenvolver um eficiente tratamento da informação. Entretanto, possuem campos científicos norteados por paradigmas diferenciados, sendo que o paradigma da Biblioteconomia é voltado essencialmente para a biblioteca, enquanto instituição social, partindo de campos científicos da Educação e Sociologia, enquanto o paradigma da Ciência da Informação refere-se efetivamente a um conjunto de idéias imanentes ao movimento da informação em sistemas de comunicação humana e de diversas unidades de informação. Vale ressaltar que a Ciência da Informação tem influenciado amplamente com seus termos e idéias, as práticas biblioteconômicas através da estruturação da representação do conhecimento (documentos) baseados nas necessidades do usuário (OLIVEIRA, 2005).

Com efeito, o ensino de Biblioteconomia fortificou-se com a criação do ensino de pós-graduação em Ciência da Informação, a partir da década de 70 (SOUZA, 1990). Contudo, vale ainda ressaltar que em nível de Brasil poucos Estados possuem esses cursos de nível de pós-graduação, o que em muitas ocasiões forçam ou exigem do graduado em Biblioteconomia o desenvolvimento da linhagem acadêmica pelo ensino através de cursos de Mestrado e Doutorado em outras áreas, tais como: Educação, História, Sociologia, dentre outras. Isso implica numa profunda descaracterização identitária da área biblioteconômica, já que com os graduados em Biblioteconomia cursando Mestrados e Doutorados em outras áreas diminuem o fluxo de produção científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação e, por conseguinte, ainda propiciam que estudantes de outras áreas (Computação, Administração e outros) usufruam dos embasamentos científicos e humanísticos da Ciência da Informação.

Assim, a Biblioteconomia ainda possui os docentes (parte considerável) com cursos de pós-graduação em outras áreas, ocorrendo uma desconcentração da produção científica na área, ou seja, muitos docentes desenvolvem suas produções nas áreas de suas pós-graduações dificultando a abertura do Mestrado e até Doutorado em Ciências da Informação nos Estados brasileiros.

Enfim, percebe-se que a Ciência da Informação veio contribuir amplamente para o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, ao passo que é importante lembrar que possuem suas diferenciações paradigmáticas. Todavia, a avaliação do ensino de Biblioteconomia, fica incompleta sem a abordagem em torno do processo legislativo que permeia a área, já que este promoveu evoluções no ensino, como no currículo mínimo do curso, sendo fundamental o questionamento envolvendo os órgãos de classe (Conselhos, Associações, Sindicatos, outros), vez que auferiram contribuições e conturbações, seja para o ensino, seja para o desenvolvimento das atividades profissionais, contribuindo efetivamente para a constituição identitária aduzida pela Biblioteconomia atualmente.

4 O OBJETO DE ESTUDO DA BIBLIOTECONOMIA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA PARA A CARACTERIZAÇÃO IDENTITÁRIA

A reflexão acerca do objeto de estudo da Biblioteconomia assusta tanto a própria sociedade, como os próprios integrantes da Biblioteconomia, desde estudantes, profissionais, órgãos de classes e até professores²⁰. Porém, esse aparente susto por parte da própria área reflete a necessidade de maiores reflexões teórico-científicas, a fim de estabelecer o objeto de estudo da área e saber como aplica-lo na caminhada profissional e acadêmica.

Ora, é sabido que um objeto de estudo não pode ser meramente determinado por frases ou abordagens vagas, mas com reflexões teoricamente embasadas. O fator precípua para a caracterização desse objeto de estudo é que ele esteja sendo estudado, analisado no contexto majoritário das disciplinas do currículo em nível superior, além de que esteja sendo aplicado no mercado. É preciso que seja uma marca que caracterize determinada área.

Outro fundamento para a caracterização desse objeto é que ele deve ter um aspecto simbólico, mas que tenha uma materialização construída, a fim de que a sociedade e a própria Biblioteconomia percebam qual é esse objeto de estudo, ou seja, é preciso que a classe biblioteconômica saiba mostrar os seus estudos através de ações que venham satisfazer as necessidades informacionais da sociedade por meio de projetos de organização de bibliotecas e unidades de informação, projetos de cunho social, educativo e cultural.

²⁰ Essa concepção de que os professores da Biblioteconomia fazendo seus cursos de Mestrado e Doutorado em outras áreas inegavelmente afetam as produções científicas da área. Porém, vale destacar que isso também depende da experiência individual de cada docente. Alguns buscam fazer os seus cursos de pós-graduação em outras áreas, visando efetivamente concatenar os conhecimentos adquiridos e aplicá-los à realidade biblioteconômica, constituindo-se num processo eminentemente interdisciplinar. Já outros, fazem o contrário: com os conhecimentos adquiridos em outras áreas não aplicam a Biblioteconomia, desvirtuando o foco da produção científica e restringido as perspectivas de abertura de cursos de pós-graduação em Ciências da Informação. É importante dar ênfase ao docente, de sorte que se constitui no setor com um aporte teórico melhor estruturado para pensar as diretrizes, objetivos e produções da área, bem como para envidar projetos que contribuam para o enaltecimento da área, seja para a comunidade acadêmico-científica, seja para a sociedade de uma maneira mais ampla.

4.1 O objeto de estudo da Biblioteconomia: percepção técnica da informação ou visão humanística?

O estudo de Biblioteconomia, assim como o de muitas outras áreas são permeados de um contexto histórico, social, político, cultural, etc que vêm se transformando, sobretudo pelo desenvolvimento tecnológico e informacional. É importante ressaltar que descobrir ou aperfeiçoar o objeto que caracteriza a Biblioteconomia é algo que deve ser analisado detalhadamente e bem concatenado para que se perceba como age atualmente esse objeto é trabalhado e quais as suas falhas que fazem com que a nossa identidade seja ofuscante.

Partindo do pressuposto que a área biblioteconômica trabalha essencialmente com a informação é um início, mas de fato não mostra a essência desse objeto, uma vez que a informação se subdivide em diversos setores que se faz necessário à especificação de qual a Biblioteconomia possui maior afinidade. Contudo essa especificação não pode ser por demais restritiva, já que trabalhar como área da informação é um ponto eminentemente promissor para o desenvolvimento de projetos em áreas afins e se mostrar, sobretudo interdisciplinar. Um dos problemas mais enfrentados é o fato de sermos reconhecidos no trabalho com a informação apenas no setor tecnicista.

Numa análise mais minuciosa é possível notificar que trabalhar no suporte técnico da informação é muito vago, mas observando de uma forma mais ampla, a biblioteca é um espaço que permite o desenvolvimento da técnica aliado a um contexto humanístico, social, educacional, cultural, ambiental, etc. Contudo, fica a ressalva de que esses aspectos são muito subjetivos para caracterizar o objeto de estudo da Biblioteconomia, vez que unir a técnica numa dimensão sócio-educativa não deve simplesmente confundir-se com resultados daquela em torno desta, mas deve se configurar num processo de reciprocidade, onde o bibliotecário como detentor do conhecimento daquela entidade em que está trabalhando, deve pelo menos, baseado em sua formação generalista, especializar-se naquele campo de trabalho, de sorte que caso o bibliotecário não tenha uma dimensão de qual seja sua atuação dentro de uma biblioteca, cria-se uma crise de identidade, que somente pode ser dissolvida com a

formatação de aspectos teoricamente construídos e discutidos para caracterizar a real função do bibliotecário na biblioteca.

Reportando ao pensamento de Souza (1990 p. 96) em uma análise acerca do não reconhecimento da biblioteca e do bibliotecário é possível observar a amplitude de trabalho do bibliotecário que é desconhecida até mesmo pelo próprio profissional da área quando ele diz que:

[...] As críticas nessa linha não são críticas a uma população que olvida ou está desinteressada pelos serviços bibliotecários. Mas exatamente o contrário. Diz respeito a parcelas da população que são impossibilitadas de ter acesso aos serviços bibliotecários, ou ainda a parcelas da população que sentem dificuldades em conceituar bibliotecas e reconhecer o profissional de biblioteconomia, na medida em que o conceito de biblioteca para os professores e alunos de biblioteconomia tende a ser muito mais restrito do que para a população em geral e na medida que o bibliotecário - enquanto um técnico com formação universitária é confundido com outros profissionais atuantes na biblioteca.

Talvez, seja nessa dimensão que pode ser vislumbrada a noção do contexto técnico e da condição humanística da profissão. Um dos motivos pelos quais ocorre uma cognominação de profissional eminentemente técnico ao bibliotecário refere-se ao escasso posicionamento político, bem como projetos de cunho social, cultural e educativo envidados pela área.

A caracterização identitária da Biblioteconomia permeia momentos de redefinições e novas considerações acerca do papel da biblioteca, bem como da linhagem de ação do bibliotecário. O maior problema inicialmente não é explorar a importância do técnico (suporte) ou do físico (biblioteca), mas sim das abstrações que envolvem essas questões, ou seja, é preciso entender que a técnica como suporte organizacional do conhecimento de uma determinada instituição serve para facilitar o acesso ao usuário e não para suprir a demanda informacional, enquanto a biblioteca é um espaço que em várias situações têm sido espaço pouco visitado, bem como não tem explorado suas reais potencialidades.

Conforme Almeida Júnior (1997, p. 22-23):

O momento que a Biblioteconomia brasileira atravessa – momentos de reflexões, redefinições, novos posicionamentos e orientações – começa a exigir uma resposta para o seguinte “dilema”: ou aceitamos e assumimos que a biblioteca existe para apenas 5% ou 10% da população, ou modificamos os nossos conceitos e as nossas posições sobre a biblioteca e sua democratização. Enquanto nós, bibliotecários, trabalhamos voltados única e exclusivamente para o livro; enquanto nossas preocupações estiverem direcionadas apenas para o suporte e não para as necessidades da população, o conceito de democratização da biblioteca continuará a ser uma balela como tantas outras que povoam nossa área.

Analisando a questão da relação biblioteca e suporte técnico, percebe-se que o bibliotecário valoriza amplamente esse suporte, relegando a um plano inferior a adequação às necessidades da população (excetuando-se alguns casos obviamente). Isso implica dizer que a biblioteca não se democratiza, mas sim o seu conteúdo, suas ações, seus projetos. A sociedade, sem ter condições de subsistência alimentar e financeira não adentrará numa biblioteca para ler, pesquisar, estudar.

É uma marca da biblioteca propiciar a democratização da informação alcançando as comunidades mais carentes, auxiliando processo de alfabetização e conscientização das camadas populares, mais sofridas, oprimidas, sendo, por conseguinte, responsabilidade do bibliotecário buscar os meios de agregar os valores informacionais da biblioteca e estendê-los, levá-los, expô-los e, mormente, interagir com as comunidades através dos instrumentos informacionais (livros, revistas, jornais, e outros bem como projetos que promovam vida, ações ou importância tanto a essas fontes informacionais como as comunidades.

Agora, quais os motivos pelos quais essas ações da biblioteca e do bibliotecário não se fazem sentir de modo a sensibilizar e envolver as comunidades? Qual a responsabilidade do bibliotecário nesse aspecto? Como já mencionado essa supervalorização do suporte técnico pela Biblioteconomia incomoda em alguns momentos a própria área que precisa definir padrões de ação que já existem, porém, precisam ser concretizados. Essas ações humanas de interação com a comunidade através de projetos de promoção de leitura,

exposições culturais, resgate histórico da comunidade, cidade ou país, entre outras e precipuamente a utilização da biblioteca no intuito de suprir as demandas informacionais cotidianas da comunidade é que podem promover o reconhecimento da biblioteca e do bibliotecário.

Essa caracterização da Biblioteconomia como somente área de suporte técnico tem antecedentes políticos que precisam ser abordados, a fim de compreender o que a área realmente estuda, aborda e pode, num contexto mais lato, estudar. Esse viés político refere-se, sobretudo, ao posicionamento da Biblioteconomia perante o Estado. Historicamente a Biblioteconomia tem se comportado de modo a aderir às exigências dos padrões governamentais, o que limita amplamente a concepção da profissão e da área a um aspecto meramente técnico, quando na verdade, a Biblioteconomia possui amplas perspectivas humanistas e que podem ser utilizadas com mais propriedade. Para tanto, é preciso esse desvencilhamento dos moldes governamentais. Conforme afirma Almeida Júnior (1997, p. 90) “é inegável a identidade entre o pensamento bibliotecário e a ideologia burguesa”.

Assim, percebem-se dois intensos focos da identidade biblioteconômica: forte caracterização do suporte técnico e os moldes ideológicos voltados para os padrões burgueses. Isso se configura num processo de caracterização identitária negativa, bem como a identidade subjetiva, pois implica na relação da Biblioteconomia com outros órgãos e áreas do conhecimento.

O que deve ser entendido primordialmente é que a resignação de um trabalho técnico como catalogação, classificação e indexação não são suficientemente capazes de mostrar a sociedade o que realmente o bibliotecário pode fazer e esse conceito fica restritamente confinado na mente desses profissionais que precisam romper os muros dessa técnica e mostrarem-se voltados para o social, humano, ou seja, fazer um atributo desta técnica que não permita a outros indivíduos considerar que o papel do bibliotecário é vago e principalmente que mostre a sociedade a importância do trabalho deste profissional para o desenvolvimento informacional, a partir da técnica e que venha concatenar-se aos fatores sociais, políticos, educacionais, culturais, etc, pois uma ação profissional faz-se reconhecida

não somente por sua amplitude, mas pelo fato de apresentar um serviço de qualidade a sociedade e que venha suprir (ou ao menos satisfazer parcialmente) as necessidades concernentes ao contexto da informação.

Agora, isso só será possível em primeiro lugar se os profissionais da área reconhecerem a importância da técnica aliada ao contexto humanístico como sendo fundamental, haja vista que a partir daí possam visualizar uma análise mais profunda com vistas a mostrar o fazer bibliotecário como essencialmente lato e que seja reconhecido pela sociedade.

Essa supervalorização do viés técnico em detrimento do processo humanístico da área biblioteconômica (pouco valorizado) são marcas ainda incipientes para caracterizar um possível objeto de estudo da área, ao passo que já consegue visualizar alguns aspectos de caracterização identitária, mormente voltados para a valorização da percepção técnica e a noção ideológica (aliada aos padrões burgueses).

É preciso promover a discussão na perspectiva epistemológica, uma vez que definir um objeto de estudo é centrar o debate num processo eminentemente científico. Por isso, a importância de deslocar uma análise concatenada entre a caracterização do objeto de estudo da Biblioteconomia, a fim de facilitar a busca da caracterização da identidade.

4.2 Caracterização da identidade biblioteconômica pelo viés epistemológico: objeto de estudo ou campos de estudo?

Muito se fala na Biblioteconomia acerca do papel social do profissional. Alguns estudantes de graduação entram nas escolas com essa dúvida e às vezes saem com a mesma dúvida, mas em outra dimensão ou proporção. Entram com a dúvida e vontade de conhecer acerca da Biblioteconomia, suas definições, suas áreas de atuação, seus campos de trabalho, duas discussões teórico-práticas. Saem com a dúvida de como aplicar essas

discussões, experiências e conhecimentos, ou mesmo sem a noção de terem apreendido com amplitude as perspectivas da área biblioteconômica.

Essas conturbações podem ser oriundas da não identificação clara de um objeto de estudo da Biblioteconomia. Essa caracterização torna-se tão confusa que alguns afirmam ser o objeto de estudo da Biblioteconomia o livro, a informação, o registro do conhecimento ou a biblioteca. Segundo Fonseca (1988, p. 20-21) afirma que:

Pensam alguns que o verdadeiro objeto da Biblioteconomia seria a biblioteca. Discordamos. Como ciência cultural – no sentido alemão de *Kulturwissenschaft* – a Biblioteconomia deve estar teleologicamente volta para o homem. Minha proposta pessoal é a de que o objeto da Biblioteconomia deve ser o leitor. Por isso, já me ocorreu definir biblioteca menos como uma coleção de livros do que como uma assembléia de leitores. Os dicionários definem assembléia como “reunião de muitas pessoas para um fim determinado”. Os leitores se reúnem em bibliotecas para ler, havendo, como se sabe, três grandes configurações da leitura: a de informação, a de formação e a de recreação. Poderia ir além e dizer que o objeto da biblioteca é menos o leitor do que o não-leitor. Assim como Cristo afirmou que não veio salvar os justos mas os pecadores, poderíamos dizer – pedindo perdão pela possível irreverência da paráfrase – que a biblioteca existe mais para o não-leitor do que para o leitor.

Outros ainda tentam caracterizar o objeto de estudo através da nomenclatura, já que objeto de estudo implica necessariamente em cientificidade. Isso remete novamente a Fonseca (1988, p. 20) a uma análise da Filosofia da Biblioteconomia, peculiarmente da nomenclatura, onde

Os norte-americanos cunharam a expressão *library science*, mas algumas escolas dos próprios Estados Unidos evitam o título de *School of Library Science*, preferindo mais modestamente, *Library Service*, enquanto os ingleses preferem, de modo geral, *Library Studies*, ou *Librarianship* (que não é a mesma coisa, pois o sufixo *ship* indica uma prática profissional). Essa variedade terminológica decorre da dúvida quanto ao caráter científico da Biblioteconomia, embora o advento de uma Ciência da Informação tenha animado muitos na adoção do título *Library and Information*.

Dessa forma, fica a pertinência em analisar a questão da possibilidade do leitor como objeto da Biblioteconomia, assim como a própria nomenclatura (que alguns consideram

desde a formação acadêmica, passando pela prática profissional, incluindo também os órgãos de classe. É importante salientar que a intenção aqui é superar o âmbito das análises pessoais e expor-se no campo da epistemologia, já que essa noção de campos de estudo é o arrazoado de inúmeras condições determinadas para um possível objeto que a área não consegue definir com unicidade.

Le Coadic (2004, p. 12) afirma que a Biblioteconomia é a:

União de duas palavras, biblioteca e economia (esta no sentido de organização, administração, gestão), a Biblioteconomia não é nem uma ciência, nem uma ciência tecnologia rigorosa, mas uma prática de organização: a arte de organizar bibliotecas.

Complementando com Fonseca (1988, p. 20), como já exposto na introdução deste trabalho que “Quem aceita a Biblioteconomia como ciência está na obrigação de indicar seu objeto”. Dessa forma, são visíveis as dificuldades em encontrar esse objeto em virtude da não caracterização da Biblioteconomia como ciência (embora existam alguns estudiosos que defendem a tese da Biblioteconomia como ciência e propondo seus possíveis objetos), porém fica a observância de que não existe unicidade científica entre os estudiosos para a indicação desse objeto, já que alguns consideram as bibliotecas, outros a informação, ou a organização do conhecimento e o usuário, incluindo até o não-usuário como possíveis objetos de estudo.

É fundamental, também, conceber a idéia de que a Biblioteconomia começou a desenvolver um caráter de ação científica, sobretudo com o advento da Ciência da Informação. No Brasil, a ciência supramencionada vem ganhando corpo desde o início da década de 70, oferecendo embasamento aos estudantes de Biblioteconomia nos programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Assim, fica a ressalva de que com a abordagem da Ciência da Informação, a Biblioteconomia pode estruturar e concatenar esses campos de estudo, de sorte que permita estabelecer um real objeto que a identifique. Será isso verdade? Ao que parece, esta discussão, que será analisada adiante, é ao menos bastante salutar merecendo, por sua vez, destaque.

4.3 O objeto de estudo da Biblioteconomia embasado pela Ciência da Informação: realidade ou mito?

A Ciência da Informação é relativamente nova, embora não se precise muito seu advento. Fica mais plausível entender o momento histórico de seu surgimento que se deu após a segunda guerra mundial com o objetivo precípuo de organizar e disseminar o conhecimento registrado. Em se tratando de uma ciência relativamente nova fica a noção de o seu conceito ainda está em construção. Vários são os conceitos destinados e até determinados para esta área, o que implica que os conceitos aqui assinalados não têm o objetivo de fechar ou determinar o que é Ciência da Informação, haja vista que alguns autores a observam num contexto mais lato, enquanto outros numa visão mais restrita.

Saracevic (1996, apud OLIVEIRA, 2005) define Ciência da Informação como sendo:

Um campo dedicado a questões científicas e à prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de registros de conhecimento entre seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias da informação.

Dessa maneira, analisando o conceito supramencionado, percebe-se uma contigüidade entre Ciência da Informação e Biblioteconomia valendo salientar, porém, que não significam a mesma coisa, mas esta é considerada uma disciplina daquela. Isso significa dizer que entendendo o objeto de estudo da Ciência da Informação certamente facilitará uma melhor elucidação do que poderia ser o objeto de estudo da Biblioteconomia (ou qual a representação dos campos de estudos desta área, no sentido de poderem ou não se configurar num objeto de estudo).

Inicialmente, parece ser pertinente a análise sobre a possibilidade do objeto de estudo da Ciência da Informação ser de fato a informação. Ao que parece, essa realidade de

objeto de estudo para a Biblioteconomia não apresenta grande diferença para a Ciência da Informação. Porém, a discussão em torno desta última torna-se eminentemente científica.

A Ciência da Informação possui seus campos de estudo, comumente denominados de disciplinas, onde estão incluídas a Biblioteconomia, Arquivologia, Documentação e outras. Isso implica dizer que Biblioteconomia e Ciência da Informação são diferentes, embora tratem de paradigmas semelhantes, mas com processos teóricos e metodológicos diferenciados. A Biblioteconomia pode ser considerada também uma marca da Ciência da Informação.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (1982) apresenta uma definição para o termo Ciência da Informação afirmando que:

No entendimento daqueles consultores, a Biblioteconomia e a Arquivologia são disciplinas aplicadas, que tratam da coleta, da organização e da difusão de informações preservadas em diferentes tipos de suportes materiais. Diferenciam-se, basicamente, pelo fato de que as bibliotecas e outros órgãos assemelhados lidam com a necessidade de prover os usuários com informações substantivas sobre o universo dos conhecimentos, ou parte deles, enquanto que os arquivos lidam com aqueles documentos que foram produzidos como resultado das atividades desenvolvidas por uma pessoa física ou jurídica e que, portanto, documentam essas atividades.

Diante dessa conceituação, percebe-se que o CNPq valoriza essencialmente a Ciência da Informação a partir das disciplinas Biblioteconomia e Arquivologia. Daí fica a pergunta: quem depende de quem? Ou seja, A Biblioteconomia embasa a Ciência da Informação ou ocorre o contrário? Na verdade, pode-se dizer que há um processo de reciprocidade. O desenvolvimento da Biblioteconomia promove a Ciência da Informação (ao menos em nível nacional) e a recíproca torna-se verdadeira.

No Brasil, ocorre uma contigüidade entre Biblioteconomia e Ciência da Informação. Essa diferenciação entre uma e outra está na perspectiva das abordagens. Na

abordagem de MIKSA (1992 apud OLIVEIRA 2005) a abordagem da Biblioteconomia consiste,

Em um grupo de idéias relacionadas com a biblioteca, então considerada como uma instituição social [...] Tal paradigma desenvolveu-se usando idéias e metodologias buscadas nos campos da Sociologia e da Educação. O ponto focal desse paradigma é a biblioteca em si mesma. Através dele, ela é vista como uma instituição social e, mais especificamente, como uma organização social bem definida e única. Como toda organização social, a biblioteca tem material organizacional e características intelectuais que servem como significado para expressar suas funções em uma estrutura social.

Isso implica dizer que a Biblioteconomia possui como objeto de estudo a biblioteca? Essa análise perpassa por diversos segmentos: o principal deles refere-se ao fato de que a função essencial da biblioteca é oferecer acesso a uma gama de usuários. Para tanto, é preciso que seu corpo (seus documentos, sua gerência administrativa e de pessoal e a estrutura de classificação, catalogação e Política de Desenvolvimento de Acervos ou Coleções) esteja estruturado de acordo com a necessidade daquele usuário.

Assim, percebe-se que o maior problema em atestar a biblioteca como objeto da Biblioteconomia é a visão deturpada que se tem do nome biblioteca, vez que, para o contexto majoritário da sociedade, qualquer espaço com livros é considerado biblioteca. Fica, inclusive, a ressalva já exposta neste trabalho de Francisco das Chagas concernente ao conceito de restrição que o próprio profissional da área de Biblioteconomia possui acerca de biblioteca.

Agora, é preciso a abordagem da Ciência da Informação no sentido de entender a sua contribuição para a Biblioteconomia. Novamente, na avaliação de Oliveira (2005, p.23) o paradigma da Ciência da Informação,

Compõe-se de um grupo de idéias relativas ao processo que envolve o movimento da informação em um sistema de comunicação humana. Este paradigma surgiu nos anos 1950, quando as idéias da engenharia de comunicações e teorias cibernéticas obtiveram êxito na representação das propriedades do sistema de transmissão de

sinais em termos matemáticos. Tornou-se então, a base das tentativas para caracterizar e modelar o processo de recuperação da informação e/ou documento.

Uma pergunta que talvez especule uma discussão pertinente seja: quais as contribuições da Ciência da Informação para a Biblioteconomia, valorizando, sobretudo a caracterização identitária desta? A pergunta já pode ser parcialmente respondida afirmando da proximidade entre estes termos. Porém, essa proximidade é movida por valores e significações que se atribuem desde o aspecto técnico da informação até o aspecto humano e social.

A primeira contribuição refere-se além do contexto da informação, a inovação de termos, a fim de que os bibliotecários desenvolvam suas práticas. Mais uma vez utilizando Oliveira (2005, p.24) explica acerca do paradigma da Ciência da Informação influenciando nas práticas biblioteconômicas:

O paradigma evidencia particularmente o fluxo de informação que ocorre em um sistema no qual objetos de representação do conhecimento (documentos) são buscados e recuperados em resposta à pergunta iniciada pelo usuário. Isso pressupõe uma grande extensão de assuntos específicos envolvendo processos também específicos – por exemplo, a criação e o crescimento do volume de documentos na sociedade, a organização e a recuperação desses documentos e/ou da sua representação e também o seu uso. Esse modelo de sistema de informação tem origem em um contexto mais geral, que é a teoria matemática da comunicação. A teoria consiste em um ponto de origem (emissor), um canal pelo qual passa a informação e um ponto de destino (receptor), com possibilidade de codificação e decodificação para fins de retroalimentação. Essa estrutura tem sido aplicada em bibliotecas como modelo de recuperação de documentos e para caracterizar agências que se dedicam às atividades tanto de Biblioteconomia quanto de Ciência da Informação. O modelo permitiu estudo sobre fluxos de informação em agências públicas e privadas, entre membros de uma disciplina, profissões, especialistas, etc..

Assim, percebe-se que a Ciência da Informação contribui amplamente para a caracterização da identidade da Biblioteconomia no sentido de aprimorar o processo de organização e recuperação do conhecimento, bem como promover uma noção de interdisciplinaridade da Biblioteconomia e, posteriormente, um processo de transdisciplinaridade, significando que mesmo a Biblioteconomia não sendo considerada uma ciência, a Ciência da Informação oferece essa discussão inter e trans disciplinares em caráter

científico²¹. Cysne (1993, p. 53) afirma que "O eixo biblioteconômico, que no início era centrado na organização de documentos com vistas à sua preservação, se desloca para a difusão da informação. O objeto da Biblioteconomia deixa de ser o documento e passa a ser a informação".

Contudo, fica a ressalva que essa transformação da organização de documentos estendendo-se a difusão da informação é fruto da interação com a Ciência da Informação. Conforme Mostafa (1985):

[...] quaisquer que sejam os autores, quaisquer que sejam as correntes, o consenso absoluto se pauta em torno (dos) três processos do 'sistema' informacional: coleta, processamento e transmissão / difusão de informações. A ciência da informação e seu arsenal teórico-tecnológico dinamizou os três processos, centrando-se na difusão da informação através dos sistemas de disseminação seletiva (SDI), já que a biblioteconomia configurava uma fase passiva onde o catálogo era o produto-fim da biblioteca; a ciência da informação levaria a informação até a mesa do pesquisador; perfis pessoais de interesse são agora contrastados com as bases de dados internacionais, de forma a inteirar o pesquisador das ciências e tecnologia dos avanços nas diversas áreas do conhecimento.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Biblioteconomia, mesmo não sendo considerada uma ciência (embora não seja uma concepção unânime) possui o arcabouço teórico-científico da Ciência da Informação para desenvolver as atividades em seus campos de estudo (a organização e representação da informação através das bibliotecas ou mesmo outras unidades de informação, visando oferecer acesso a uma gama de usuários). Esses termos organização – representação – informação – conhecimento – acesso ao usuário correspondem às ações essenciais da Biblioteconomia, que evidentemente podem se desdobrar em diversas ações de caráter técnico ou humanístico.

Todavia, essa práxis humana só pode tornar-se humanística ou social no momento em que se pensar na difusão da informação para a classe trabalhadora, para a sociedade, ou seja, a Biblioteconomia trabalhando para a capacitação intelectual e material da

²¹ Vale salientar que essa visão interdisciplinar explanada é utilizada no sentido de que a Biblioteconomia (baseada nos paradigmas e abordagens da Ciência da Informação, valorizando, sobretudo o viés tecnológico e, em alguns casos, voltado para a área de humanas) aliando-se a outros campos do conhecimento, promove novos estudos e discussões. Já a transdisciplinaridade se configura no reconhecimento da interdependência das áreas do conhecimento. Porém, essa transdisciplinaridade só ocorre com o êxito da interdisciplinaridade (Weeil, 1993).

sociedade. Para tanto, é preciso o desvencilhamento dos interesses da classe dominante, que perpassam, sobremaneira pelos aspectos científicos e tecnológicos (CYSNE, 1993).

Portanto, percebe-se a importância do entendimento do que a Biblioteconomia estuda, o seu caráter científico e a relevância da Ciência da Informação para a sua caracterização identitária (até mesmo científica), enfim, suas marcas, já que essas relações inter e trans disciplinares dependem de ações movidas por noções científicas (embora não de forma generalizada). Com essa análise, ocorre a possibilidade de entender como essa identidade biblioteconômica se aplica a realidade da formação acadêmica e da prática profissional. O mais importante, é a compreensão de que a Biblioteconomia possui um campo vasto de estudo, mas que ainda precisa ser explorado com mais amplitude.

5 A IMPORTÂNCIA DA CONCEPÇÃO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL E O CARÁTER IDENTITÁRIO DO BIBLIOTECÁRIO

Verificando os conceitos de identidade, faz-se necessário buscar, por sua vez, o conceito do termo profissão, a fim de acurar as percepções acerca da temática identidade profissional. Assim como os conceitos voltados para a identidade, os que estão voltados para profissão é bastante amplo e complexo, vez que assume diferentes conotações de acordo com a área, ou mesmo o idioma que está sendo utilizado, o que permite a seleção dos mesmos, buscando aplicá-los a realidade do presente trabalho.

O conceito de profissão apresenta uma intensa proximidade com o de trabalho, vez que ambos valorizam dois tipos essenciais: manual e intelectual. Todavia, segundo Dubar (1997, p. 123-124) nem sempre houve essa divisão entre técnico e manual. O autor afirma que

Antes da expansão das Universidades – as corporações: os artistas e os artesãos, os intelectuais e os trabalhadores manuais provinham de um mesmo tipo de corporativa que assumia a forma de ‘ofícios juramentados’, onde ‘se professava uma arte’. O termo ‘profissão’ deriva desta ‘profissão de fé’ consumada nas cerimônias rituais de entronização nas corporações.

Assim, acredita-se que a expansão das Universidades é um dos fatores primordiais que trava uma luta pelo poder na sociedade que se configura como numa luta política, social e ideológica pela distinção, classificação das profissões (DUBAR, 1997).

Contudo, vale ressaltar que as Universidades tiveram essa expansão em virtude das idéias propaladas pelo Renascimento, a partir do século XIII, que se dividiu numa tríade vital para o seu desenvolvimento e o das próprias Universidades: o humanismo (preocupava-se com a reforma educacional, valorizando estudos na área de humanidades e tendo sua difusão facilitada com a invenção da imprensa por Gutenberg); O Renascimento Científico (A perspectiva do racionalismo, estimulada pelas descobertas e inspiradas pela natureza estimularam as pesquisas científicas, onde vale enfatizar os estudos de Galileu Galilei,

Copérnico, Leonardo da Vinci, dentre outros); e as Artes (valorização da sensibilidade humana, através de pinturas, integradas as ciências). (ARRUDA, 1997).

O Renascimento trouxe características que estimularam sensivelmente as hierarquizações das profissões, como o individualismo, que deu margem a análise e ulteriormente desenvolveu algumas profissões em detrimento de outras.

A partir da valorização do status científico as profissões ganharam essa hierarquização, no que tange a valorização da dicotomia manual e intelectual. Daí, num primeiro momento já é possível notificar que o caráter de identidade profissional possui uma divisão que amplia e dificulta a conceituação do termo. Ora, mas a dúvida ainda permanece: qual é o conceito atual de profissão baseado nessa dimensão manual e intelectual?

Segundo os filósofos Marx e Engels (1989, p. 24-25) atestando uma análise da divisão de trabalho manual e intelectual (que é possível à aplicação no presente trabalho na mesma estrutura do termo profissão) assim explica:

A divisão do trabalho alcança um patamar superior quando se separam o trabalho manual do trabalho intelectual. Este último passa a ser função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar. A tarefa exclusiva de pensar se enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes de esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas. Uma vez que a tarefa de pensar (isto é, de realizar elaborações intelectivas e de exercer a direção da sociedade) se torna privilégio de estreito círculo de indivíduos, isentos da obrigação do trabalho produtivo, a consciência destes indivíduos dominantes se entifica na idéia da Consciência substantivada e colocada no reino das abstrações imateriais.

Marx e Engels colocam a idéia de trabalho na indicação do processo infra e super-estrutural, ou seja, aqueles que desenvolvem trabalhos manuais, físicos e os que desenvolvem trabalhos intelectuais, que fomentam o pensamento e que em alguns casos buscam alienar ou conscientizar uma dada comunidade ou sociedade. A questão é que as profissões passam por esse dilema. Algumas se constituem no processo de ações eminentemente intelectivas, enquanto outras em dimensões técnicas. Porém, ocorre também a

dimensão das profissões (essencialmente intelectuais) voltadas para o caráter dominante do Estado, sendo que algumas têm influência direta na formação e desenvolvimento dos ideais conservadores do Estado. O Direito, por exemplo, é uma área que comumente contribui para com o Estado. Já outras profissões estão atreladas à realidade do Estado, mas se configuram como profissões subservientes que apenas agem como mantenedoras da realidade, mas não desenvolvem muitas ações de cunho intelectual.

Outra concepção, que não chega precisamente a ser um conceito, mas ao contrário, vai além dessa percepção conceitual, é a teoria funcionalista, que na década de 60 apresentou os grupos profissionais da seguinte forma: comunidades homogêneas reunidas em torno dos mesmos valores e de um mesmo código de ética e detentores de um poder que tem como arcabouço um conhecimento científico. A partir daí, as explicações acerca do caráter histórico e social das profissões ganhou elucidações mais claras (COELHO, 1999).

Diante dessas definições pode-se atestar a observância de uma hierarquização das profissões, o que remete numa profunda crise de identidade da mesma, pois ocorre um intenso discurso de demanda profissional, embasado por fatores sociais, políticos, econômicos. Exemplo disso são profissões eminentemente valorizadas no mercado que os profissionais recebem salários altos, enquanto outras, além de não terem efetiva importância no mercado de trabalho, os profissionais ainda recebem salários baixos. Essa diferenciação de valorização e, por conseguinte, salarial ocorre precipuamente em profissões de nível superior.

Então, baseado nessa concepção de profissão aliada aos conceitos de identidade, percebe-se objetivamente que a identidade profissional é a identificação de um determinado grupo de pessoas que verificam nos profissionais de uma determinada área, pontos de convergências que venham satisfazer ou suprir suas demandas de sonhos e projetos.

Buscando aplicar à realidade da Biblioteconomia fica o questionamento: como caracterizar ou definir a identidade da Biblioteconomia? Evidentemente que este não é um processo fácil.

Com efeito, é preciso saber qual a intensidade da aplicabilidade desse discurso. Todavia, faz-se mais necessário ainda identificar as origens históricas, o atual objeto de estudo, bem como a relação com outras áreas do conhecimento para ampliar a abordagem em torno do que de fato seja a identidade da Biblioteconomia. É preciso a análise num contexto plural, tanto no que tange a quantidade – as identidades biblioteconômicas – como a qualidade – os diversos aspectos que caracterizam essa identidade, suas influências na área e as crises de identidades, vez que estas é que possibilitarão uma abordagem eminentemente promissora da caracterização identitária da área em questão. Somente colocando em dúvida ou questionamentos certos conceitos, concepções, abordagens antes incontestáveis ou pouco abordadas para definir essa identidade.

Souza (2004) na expectativa de afirmar a importância da concepção histórica, das origens para busca de identidade questiona:

Mas um novo grupo de pessoas que constitui uma nova profissão não surge de algum lugar pronto e acabado. Como expressão da construção social, uma nova profissão historicamente vem, em geral, do fracionamento de um grupo pré-existente (como administradores que derivaram, sobretudo de engenheiros, por exemplo, ou bibliotecários que derivam dos antigos escribas que eram também os escriturários-secretários-arquivistas).

É evidente que valores advindos do período colonial brasileiro, tais como as bibliotecas das ordens religiosas, padres (que foram denominados por alguns estudiosos como bibliotecários) e ainda grandes pensadores são marcas que corroboraram para o advento da Biblioteconomia, considerando dessa maneira, que os fatores históricos e os campos de estudos biblioteconômicos (biblioteca, informação, usuário e outros) foram decisivos para constituir a realidade identitária da Biblioteconomia atual.

6 IDENTIDADE E CRISE DE IDENTIDADE: A REALIDADE DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

A identidade tem sido valorizada nas sociedades contemporâneas, sobremaneira, conforme afirma Mercer (1990 apud HALL, 1999) “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Bauman também atesta a importância da realidade quando afirma que é visada (2005, p. 35) “Pelo desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo” Todavia, essa ambigüidade é fruto da crise de identidade que a maioria das profissões, culturas e sociedades enfrentam cotidianamente.

No caso da Biblioteconomia essa ambigüidade é fruto de duas vertentes que possuem suas sub-divisões: formação acadêmica e prática profissional. O sonho de um estudante é desenvolver uma formação bem estruturada, onde possa estudar consideravelmente, no intuito de conseguir um espaço no mercado, a fim de desenvolver seus aprendizados e a estabilidade financeira.

Segundo o pensamento de Oliveira (1983, p. 70) acerca do bibliotecário brasileiro,

Verificamos que sua auto-estima profissional baseia-se em valores ocupacionais e pessoais, tais como: inovação, independência, cultura, profundidade, criatividade, desenvoltura, espírito liberal e liderança. Entretanto, a profissão carece ainda de valores como autoridade, consciência de classe, senso de progressão e competição, considerados indispensáveis à identificação da Biblioteconomia como profissão.

Um aspecto profundamente importante para a caracterização da identidade biblioteconômica permeia a seguinte palavra: consciência de classe e senso de progressão. Conforme Hall (1999, p. 38) “A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não de algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

Isso implica dizer que a falta dessa consciência de classe é a ferramenta que torna a profissão individualista, fruto dos interesses e vaidades pessoais, promovendo, por conseguinte, a perspectiva da antinomia do senso de progressão, ou seja, a classe biblioteconômica não procura alternativas de mudanças amplas, que torne a área notável e reconhecida no mercado e na sociedade, bem como ocasionando um fechamento da Biblioteconomia para as mudanças para a valorização do processo social.

Essa consciência de classe e senso de progressão não são marcas biblioteconômicas, mas devem ser estimulados, sobretudo pelo processo de valorização da história da área. Faz-se necessário o resgate da memória das realizações e evoluções da Biblioteconomia, promovendo uma reflexão teórica a alunos, professores, profissionais e órgãos de classe.

Essa supervalorização do resgate da memória biblioteconômica pode remeter a uma análise ampliada do que realmente a Biblioteconomia tem estudado e a definição mais firme e concreta de um objeto de estudo. Um estudante, professor ou profissional que conhece a história de sua área pode sentir-se fomentado a buscar alternativas de transformações, pode conhecer num contexto mais lato as qualidades do campo do conhecimento, enfim, pode conhecer a sua identidade.

Mais uma vez se atribuindo do argumento de Oliveira (1983, p. 71) no que tange:

A negação como forma de defesa, a estrutura burocrática que enfatiza a progressão por tempo e não por mérito, a ausência de valores como senso de progressão e consciência de classe demonstram que muito da realidade do campo precisa ser mudado, para que a Biblioteconomia possa, sem perda de sua identidade de trabalho eminentemente social, acompanhar a mudança que está ocorrendo na ambiência em que atua.

É notável que a Biblioteconomia brasileira deva passar por mudanças para adequar-se a realidade do mercado. Porém, se nessas mudanças não constarem valores como a valorização de nossa história, a consciência de classe, o senso de progressão, e outros aspectos, haverá uma contemplação apenas estereotipada da amplitude da ação biblioteconômica. Por exemplo, com relação a Biblioteconomia ser eminentemente social pode-se dizer que a afirmação tem sustentabilidade. Contudo, percebe-se que o potencial social da área é pouco explorado e investigado se comparado às contribuições que a Biblioteconomia pode oferecer a sociedade. Isso implica dizer que a área biblioteconômica possui grande potencial, mas ainda precisa ser explorado com mais ousadia e espírito de coletividade.

Como questiona Almeida Júnior (1995, p. 9) “A Biblioteconomia não pode ser mais considerada como reprodutora da ideologia dominante, dos valores daqueles que detêm o poder”. É preciso oferecer novas marcas para a Biblioteconomia, como ações de cunho coletivo, desenvolvimento de projetos que satisfaçam inicialmente as necessidades da sociedade e tornem a Biblioteconomia eminentemente reconhecida e não projeções de promoções pessoais atrelada aos padrões governamentais. A Biblioteconomia necessita de ser um campo do conhecimento ideologicamente independente.

A identidade biblioteconômica é marcada por conturbações como tantos outros campos do conhecimento. Porém, falta a esta área uma reflexão filosófica, mormente valorizando três aspectos: problematização das questões que permeiam a área; reflexão equilibrada e acurada sobre as problemáticas e finalmente, a exposição de soluções.

Milanesi (2002, p. 17) afirma com relação à identidade do bibliotecário e da biblioteca:

Na última década do século XX, um rumor forte deu conta do fim do próximo livro, da biblioteca e, em consequência do bibliotecário. Não haveria mais lugar para ele numa sociedade em que o conhecimento passou a ser sinônimo de poder e a informação foi alçada à esfera das questões estratégicas de empresas e governos. A partir desse momento de perplexidade e confusão, esses profissionais e as escolas

que os formam saíam à procura da identidade, senão perdida, pelo menos embaçada. E se havia dúvida sobre o perfil do profissional é porque a própria biblioteca estava em transe.

Essas transformações as quais a Biblioteconomia precisa passar de adaptação à realidade atual deve estar focada em um aspecto muito importante: satisfação das necessidades da sociedade. Um campo do conhecimento sem utilidade social não será útil para o mercado. A Biblioteconomia tem uma grande utilidade social, mas precisa aplicá-la, visando suprir as necessidades informacionais da sociedade. Por exemplo, as bibliotecas de maneira majoritária tem sido consideradas como diz Almeida Júnior (1995, p. 6) "Um espaço de depósito de livros, textos e informações, reunidas e organizadas a partir da visão daqueles que determinam as normas e os valores vigentes". Isso implica ainda na concepção de Almeida Júnior que (1995, p. 10) "O bibliotecário precisa agir de uma maneira mais revolucionária, dado que este tem sido considerado como sendo passivo, guardião do passado, ocioso, inútil, sem função social, funcionário público, dentre outras atribuições". Estas são marcas que têm caracterizado as bibliotecas brasileiras (não de modo generalizado).

A biblioteca pública tem sido muito mais sinônimo de apoio aos estudantes do ensino infantil, fundamental e médio do que executado sua principal função que é desenvolver projetos e ações de acordo com as comunidades. Isso ocorre pelo fiasco das bibliotecas escolares, que talvez em raros momentos de sua história tenha atuado de forma social, cultural e educativa, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem, deixando a biblioteca pública com mais liberdade de ação. E qual a posição do bibliotecário com relação a essa realidade bibliotecas públicas e escolares?

Eis o que questiona Silva (1995, p. 20-21):

Porém, diante de todo esse silenciar a que nos vínhamos referindo, certamente o silêncio que mais surpreende que mais choca que mais cala é o dos bibliotecários [...] Qual tem sido a preocupação dominante senão a problemática dos bancos de dados, das redes de informação científica, dos centros ultra-informatizados de documentação? Algo contra tais temáticas? De jeito nenhum! Alguma objeção no que se refere ao desenvolvimento de recursos para a organização e a disseminação da informação técnico-científica? De modo algum! Mas, diante de tal quadro, cabe a

formulação de certas questões: quais são as principais dificuldades e limitações da biblioteconomia brasileira? Qual o alcance, em termos de população atingida, de todo aquele aparato informacional? Os bibliotecários e os autores da área biblioteconômica conhecem os índices de analfabetismo e de fracasso escolar deste país? Já ouviram falar de prioridade? Alguma vez já pronunciaram a expressão “biblioteca escolar” sem demonstrar certa repugnância?

Fica a ressalva de que a identidade biblioteconômica não pode ser caracterizada somente pela perspectiva das propaladas Novas Tecnologias da Informação. É preciso a visão social, pois senão a Biblioteconomia transformará o suporte e até fatores extrínsecos de atuação (suporte manual para o tecnológico, por exemplo), mas não contribuirá para a conscientização das camadas mais carentes, para a promoção da leitura, alfabetização, já que o bibliotecário é co-participante do processo sócio-educacional (ou ao menos deve ser). Fica ainda o argumento: será que as bibliotecas públicas e as escolares não necessitam também dos sistemas de informação, dos softwares para a organização do conhecimento? Ou será que não se atribuem dessa realidade por serem bibliotecas essencialmente educativas, que poderiam dinamizar o aprendizado de crianças, adolescentes e adultos, enfim, contribuir para o processo de igualdade social, através do tripé alfabetização – conscientização - libertação, ideais tão apregoados por Paulo Freire e outros educadores.

Com relação às bibliotecas universitárias percebe-se que estas têm crescido, sobretudo, a partir do final da década de 80, com a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) que visa integrá-las, promovendo ações coletivas e dinâmicas em torno destas bibliotecas. A identidade da Biblioteca Universitária talvez esteja melhor estruturada que as demais, uma vez que embora muito ainda necessite melhorias, os caminhos para a execução de novas tarefas dinâmicas são mais claros, através do PNBU.

Figueiredo (1998, p. 2) afirma com relação às bibliotecas universitárias que:

Sem dúvida, nos últimos 5 -10 anos houve uma melhoria nas aplicações de técnicas de gerências das bibliotecas, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se aprenda a melhor elaborar e utilizar orçamentos. Apesar de ainda não saberem avaliar o impacto de seus serviços, pelo menos as bibliotecas já parecem saber definir e quantificar seus imput e output. Estão mais conscientes sobre o que devem proporcionar a seus usuários e de como podem ajudar as bibliotecas a

alcançar força política dentro da universidade. Mas, há que fortalecer ainda mais o uso dos conceitos de gerência e de prestação de serviços, enfatizar o papel que cabe às bibliotecas universitárias, administrando serviços de maneira eficiente e eficaz. Primeiro o gerente tem que ter um claro entendimento da biblioteca e da sua instituição maior, a universidade. Para isso, deve pensar em termos de mercado e usuários, isto é, elaborar estudos de uso e de usuários, conhecer necessidades e demandas de informação de sua clientela. Além disso, deve saber justificar suas aquisições de custo-eficiência e, seus serviços, em termos de mudanças comprovadas. Os usuários de bibliotecas universitárias têm que ser mais e mais envolvidos no apoio às decisões de gerência, participando de comissões e grupos de trabalho. A biblioteca tem que reforçar sua imagem perante os usuários, que são a mola mestra da política universitária, firmando o conceito de biblioteca como pólo transmissor de informações, muito mais do que como lugar de guarda de documentos.

A biblioteca universitária possui perspectivas promissoras. Todavia, é papel do bibliotecário tornar a biblioteca da universidade como mantenedora da tríade acadêmica: ensino, pesquisa e extensão. Mas ainda é preciso muita mobilização política do profissional, a fim de mostrar na universidade a importância dos investimentos nas bibliotecas. Infelizmente, ainda ocorre uma forte demarcação e proporção da grandeza de uma biblioteca universitária pela grandeza de seu software ou outros instrumentos tecnológicos. É preciso que essa dimensão de suporte técnico esteja voltada para a organização do conhecimento, enquanto as ações dos bibliotecários estejam voltadas para a satisfação do usuário e do mercado para que as marcas da ação do bibliotecário em uma biblioteca universitária não seja apenas a técnica.

No que tange as bibliotecas especializadas, tem como marcas a noção de que o bibliotecário precisa acompanhar esse processo de especialização, a fim de conceber um atendimento adequado à realidade do usuário. Por exemplo, um bibliotecário que trabalha em biblioteca da saúde necessita de conhecer os termos da área, bem como os sistemas e softwares de representação (é fundamental o conhecimento do BIREME), visando dar suporte informacional aos pesquisadores, estudiosos da área.

Um instrumento essencial que procura oferecer a Biblioteconomia uma marca de caráter humanista são as bibliotecas populares, pois visam a conscientização da comunidade a qual está inserida. De acordo com RABELLO (1987, p. 41):

A idéia de Biblioteca Popular, e sua prática, aproximou a bibliotecas das camadas populares, procurou estruturá-la de baixo para cima, criou condições para torná-la participativa. A biblioteca passou a acompanhar seu tempo, inseriu-se na história, ofereceu uma contribuição renovadora para a área.

A verdade é que a concepção de Biblioteca Popular, mesmo não tendo sua aceção bem definida compõe uma gama de estudos que tornam a biblioteca uma instituição socialmente útil e que tenta se aproximar da comunidade, a fim de satisfazer as suas necessidades. Para que esse conceito seja efetivamente ampliado faz-se necessário a ação do bibliotecário num processo de conscientização da comunidade no que tange a importância dessa instituição, mas num processo de baixo para cima, ou seja, onde as pessoas, na formação de um caráter coletivo, sejam escutadas e participem do processo de implantação da biblioteca, bem como de seu desenvolvimento.

A aproximação do bibliotecário com a comunidade significa a busca de um ideal humanista que há muito não tem sido uma prática da formação biblioteconômica (embora alguns profissionais desenvolvam com autonomia projetos de interação com as comunidades mais carentes).

Essa visão de bibliotecas busca definir uma realidade e estabelecer soluções para uma nova linha de ação do bibliotecário. Isso significa que a identidade da Biblioteconomia não pode ser mais apática e reacionária. É preciso revolucionar os padrões de ação e a biblioteca é o instrumento mais forte, eficiente e eficaz para a concretização dessas mudanças, cabendo ao bibliotecário ser o baluarte dessas ações e transformações.

Almeida Júnior (1997, p. 92) não somente sugere como incita um caminho para a atuação do bibliotecário:

Nós precisamos atingir a população carente, a população carente de informações. Não será com essa postura apática, passiva e reacionária da biblioteca de hoje que o conseguiremos. Não basta espalharmos bibliotecas em cada quarteirão, em cada esquina. É preciso que o bibliotecário que atuar nessas bibliotecas seja um outro

bibliotecário; é preciso que ele seja consciente da sua real função social; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade.

Com efeito, a Biblioteconomia encontra-se diante de um impasse; o que ela é e o que pode ser. É inegável que ainda é essencialmente técnica, mesmo com alguns valores humanísticos já sendo explorados (trabalhos com leitura e biblioterapia são exemplos). Porém, a conformidade com essa realidade não serve mais a Biblioteconomia. É preciso transformar essa identidade dos padrões de subserviência às idéias dominantes, bem como a ampla valorização somente do suporte técnico. É necessário também a superação das vaidades pessoais, do individualismo, da falta de consciência de classe e do senso de progressão.

A valorização da história biblioteconômica, assim como a consubstanciação dos estudos da área, visando aprimorar os campos de estudos e, sobretudo o objeto (ou como falam alguns estudiosos o ser da Biblioteconomia) é que esta identidade passará por profundas e necessárias transformações. As transformações identitárias se configuram no agir. Entretanto, este agir é permeado de reflexões teóricas, de problematizações bem definidas, ou seja, a identidade da Biblioteconomia não pode permanecer mais nos padrões abordados no referido trabalho.

Finalmente, é preciso trabalhar as qualidades da área, constituindo mudanças no campo da identidade como afirma SILVA (2000, p. 16) “Mudanças que chegam ao ponto de produzir uma crise de identidade”. Então, por mais paradoxal que seja, a Biblioteconomia precisa de uma crise de identidade, mas não uma crise como esta que deixa na sociedade um misto de desconhecimento e desvalorização, mas uma crise que busque novas reflexões e soluções, ou seja, é preciso dar conturbação a realidade biblioteconômica para oferecer-lhe solução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica a noção de que a intenção do presente trabalho não é limitar o processo de caracterização identitária da Biblioteconomia nos aspectos: perspectivas históricas e objeto de estudo, mas, busca, considerando esses dois aspectos como sendo essencialmente importantes para a ampliação do que é a identidade biblioteconômica abordar prerrogativas que auxiliarão na busca dessa identidade. Essa busca é essencial para a área, haja vista que é preciso que a área desenvolva seu processo de auto-definição, ou como diria Zita Catarina Prates de Oliveira sua auto-imagem.

Percebe-se que não é fácil a busca dessa identidade, que, em vários momentos, passou por conturbações que ainda hoje precisam ser elucidadas. A análise histórica mostra a evolução da Biblioteconomia e remete ao conhecimento do que hoje apresenta o caráter semântico e de atuação desta área do conhecimento, tanto com relação às bibliotecas (até mesmo relacionado a outras unidades de informação), a prática profissional, bem como ao ensino. Essa história da Biblioteconomia é fruto de uma realidade que ainda precisa ser conhecida pela própria classe, o que facilita, sobretudo, a visão acerca da identidade.

Como fala Heidegger (1971, p. 52-53) “O apelo da identidade fala desde o ser do ente”. Vale ressaltar que este ser (no caso a Biblioteconomia) possui a sua essência, que se manifesta no fruto do processo histórico. Com efeito, é preciso que o apelo da identidade biblioteconômica fale mais alto. Porém, a Biblioteconomia, como dimensão abstrata, não pode falar por si. É preciso que a classe fale pela autonomia do conhecimento da área, ou seja, que os integrantes da Biblioteconomia busquem conhecer as prerrogativas da área, a fim de que possam aplicar e transformar a realidade social.

Para tanto, fica a ressalva do conhecimento deste legado histórico que deixa, para muitos, o eixo biblioteconômico sem função social. A identidade deste campo do conhecimento não pode mais ser restrita somente a organização do conhecimento (como ainda está incutido na mente de muitos profissionais), bem como não pode mais estar limitada

apenas a uma elite (classe hegemônica). É necessário levar os serviços bibliotecários a classe laboriosa, as camadas mais carentes, a sociedade de maneira mais ampla.

É pertinente também essa desvinculação da prática biblioteconômica brasileira a realidade norte-americana, já que o Brasil apresenta suas peculiaridades sociais, econômicas e políticas. De acordo com CARPEAUX (1992, p.132-136) as práticas biblioteconômicas brasileiras seguem os ditames das norte-americanas que são:

“Maior liberdade do leitor nas salas de leitura; acesso livre às estantes para exame dos livros e escolha da leitura conveniente; serviços de empréstimo para casa; catalogação suficiente; elaboração de fichários de assuntos conforme o sistema decimal”.

Fica a ressalva que esse modelo norte-americano não está adequado às necessidades dos usuários e não usuários brasileiros. É preciso ampliar essa concepção de biblioteca e do oferecimento dos serviços bibliotecários (inclusive em virtude de muitas bibliotecas no Brasil nem ousarem chegar a oferecer esses serviços). Vale salientar que esses serviços estão essencialmente ligados as condições de organização. Ora, se o Brasil não possui autonomia nas suas práticas organizacionais das bibliotecas, como fará para alcançar a sua práxis social?

O Brasil importou o modelo de organização de documentos norte-americano, deixando de promover as adaptações das práticas sociais necessárias ao contexto nacional para o enriquecimento do processo de organização da Biblioteconomia brasileira (SOUZA, 1998).

Com relação ao objeto de estudo percebe-se uma imensa conturbação, já que muitos delimitam um objeto para a Biblioteconomia sem a comprovação se considerá-la como ciência ou mesmo, sem mencionar a Ciência da Informação como campo do conhecimento para embasar as práticas científicas da Biblioteconomia. O mais importante para mostrar a

identidade biblioteconômica é que esta possui vários campos de estudo que precisam ser explorados com maior dinamicidade e voltados para a população em geral e não somente a classe hegemônica.

A identidade biblioteconômica possui marcas, tais como: limitada valorização histórica; voltada para a manutenção das idéias do Estado (idéias da elite); forte valorização da organização de documentos, voltada em larga escala atualmente para a organização através dos suportes tecnológicos; oferecer acessibilidade aos usuários (assistência ao leitor) e outros aspectos. Atualmente, tem se voltado parcialmente para o processo de difusão seletiva da informação, valorizando as necessidades do usuário²².

Cabe a própria classe biblioteconômica decidir se prefere continuar nessas condições ou se buscará superar esses aspectos ampliando seus campos de atuação e de contribuição para a sociedade. A relevância dos estudos acerca de identidade da Biblioteconomia se configura na perspectiva das categorias entenderem que somente em caráter coletivo a área pode evoluir. Infelizmente, a união entre Conselhos, Associações, Professores, Estudantes e Profissionais ainda não é uma marca registrada.

Finalmente, vale ressaltar que esta união não pode ser estabelecida apenas pelas perspectivas pessoais (embora sejam imanentes a qualquer campo do conhecimento), mas com propulsões políticas de mostrar a sociedade os serviços bibliotecários e a satisfação dos usuários e, mormente dos não usuários. Consciência de classe, coletividade, visão política e outros termos são valores que a identidade biblioteconômica ainda não abarca. A aquisição desses elementos é fundamental para a constituição de uma nova Biblioteconomia nacional, autêntica e adequada à realidade nacional.

²² Parcialmente em virtude de que somente as bibliotecas com investimentos de pessoal, material bibliográfico, recursos humanos conseguem ou buscam essa adequação às necessidades do usuário, já que este é a mola mestra que move a existência de uma biblioteca.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALMEIDA, Beatriz, CARVALHO, Patrícia. **As centenárias e históricas escolas de São Paulo**. Revista SIOEST, São Paulo, v.22, n.187, p. 44-54, nov, 1996.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário**. São Paulo: APB, 1995, n.15. 12p.

_____ **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Pólis, APB, 1997. 129 p.

ARRUDA, José Jobson de A. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1997. 407p.

AZEVEDO, Helena Selma. **Identidade Resgatada ou Nova Identidade? Identidade e cotidianidade de famílias de Áreas de Assentamento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 1992.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Catálogo cooperativa no Brasil**. IBBD: Notícias, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.17-23, jan/mar, 1979.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. 110p.

BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório que o Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça apresentou em 27 de abril de 1915 ao Diretor Geral Interino Dr. Aurélio Lopes de Sousa. **Anaes da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.64, p.360-388, jan./dez. 1916

BRASIL. Decreto-lei n. 8.835, de 7 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. **Anaes da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.33, p. 343-347, jan./dez, 1911.

CARPEAUX, Otto Maria. Reflexões sobre a situação atual e futura do bibliotecário no Brasil. In: FONSECA, E. N. da. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992. p. 132-136.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biblioteca Nacional: 1870-1990 – Biografia**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 251p.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

CNPq. **Avaliação e Perspectiva 82**. Brasília: Coordenação Editorial, 1983, v. 8, Ciências Sociais.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CYSNE, Fátima Portela. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: Ed UFC, 1993. 145p.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FIGUEIREDO, Nice. **O ensino de biblioteconomia no Brasil: análise e caracterização de entidades e do pessoal docente**. Brasília: CAPES, 1978. 143p.

_____. **Repensando a Biblioteca Universitária Brasileira: como prosseguir – notas para projeto**. São Paulo: Ensaio APB, 1998.

FONSECA, Edson Nery da. **Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia do Brasil**. Revista do Livro, v.2, n.5, p.95-120, mar. 1957.

_____. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992. 153p.

_____. **Problemas Brasileiros de Documentação**. Brasília: IBICT, 1988. 338p.

FRANZOI, Naira Lisboa. **Entre a Formação e o Trabalho: trajetórias e identidades profissionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 166p.

GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate: estudo bibliográfico. **Anaes da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.12, jan./dez. 1889. 320p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GRINBERG, Leon e GRINBERG, Rebeca. **Identidad y Cambio**. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1971.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1999. 102p.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto – a Filosofia? Identidade e diferença**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. 104p.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2 ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124p.

LEFEBVRE, Henri. **Concepção Cotidiana do Mundo Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. V. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. V. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

MARX, KARL. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 97 p.

MENDES, Cândido (org). **Representação e Complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 246p.

MILANESI, Luis. **O Que é Biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002. 116p.

MIRANDA, Antônio. **Ciência da Informação: Teoria e Metodologia de uma Área em Expansão**. Brasília: Thesaurus, 2003. 212p.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259p.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Construindo o Objeto em Biblioteconomia**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 1985.

OLIVEIRA, Marlene de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo horizonte: Editora UFMG, 2005. 143p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **O bibliotecário e sua auto-imagem.** São Paulo: Pioneira, 1983. 98p.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Menino Trabalhador: identidade no confronto Família – Rua.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 1991.

RABELLO, Odilia Clark Peres. **Da biblioteca pública à biblioteca popular: análise das contradições de uma trajetória.** Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, ano 16, n.1, p.19-42, março, 1987.

REALE, Giovanni. **História da filosofia: patrística e escolástica.** São Paulo: Paulus, 2003. 335p.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência Filosófica.** São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. 133p.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da Biblioteca Escolar.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O Ensino da Biblioteconomia no contexto Brasileiro.** Florianópolis: editora da UFSC, 1990.

_____. A Escola de Biblioteconomia e a Ancoragem da Profissão de Bibliotecário. *Informação e Sociedade: Estudos*, v.11, n.2, 2001. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/298/221> [13 de dez. 2006].

_____. **Modernização e Biblioteconomia Nova no Brasil.** Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. 222p.

_____. O Nome Profissional Bibliotecário no Brasil: o efeito das mudanças sociais e econômicas dos últimos anos do século XX. Revista Biblioteconomia e Ciência da Informação, 2º sem, n. 18, p. 90-106, 2004. Disponível em: http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_18/6_O_nome_profissional.pdf [13 dez. 2006].

_____. **Organização do Conhecimento na Sociedade.** Florianópolis: UFSC. Centro de Ciências da Educação. Núcleo de Publicações, 1998. 107p.

SOUZA, Sebastião de. **Dimensões atuais da Biblioteconomia no Brasil: um estudo através de suas tendências no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia), Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e Fragmentos: cotidiano da biblioteconomia e ciência da informação.** Teresina: EDUFPI, 2006. 266p.

VICENTINO, Cláudio. **História do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1997.

WEIL, Pierre; D'AMBRÓSIO, Ubiratan; CREMA, Roberto. **Rumo à nova transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimentos.** São Paulo: Summus Editorial, 1993. 174p.

BCH-UFC

ANEXOS

TEXTOS DE ESCRITORES BRASILEIROS SOBRE BIBLIOTECONOMIA**REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL E FUTURA DO BIBLIOTECÁRIO
NO BRASIL****OTTO MARIA CARPEAUX**

As reflexões seguintes sobre a situação atual e futura do bibliotecário no Brasil têm origem puramente empírica: são o resultado de trabalho de mais de dois anos na biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia, que o autor destas linhas tem a honra de dirigir, e das observações, feitas já antes e durante essa época em outras bibliotecas brasileiras.

É evidente que nas observações empíricas, por mais empíricas que sejam, existe sempre um fundo de preconceitos, constituído de experiências anteriores e conhecimentos teóricos; no caso, as experiências anteriores do autor nas grandes bibliotecas européias, que conheceu de perto, e os seus conhecimentos de Biblioteconomia. Contudo, reflexões teóricas teriam valor bastante reduzido, e, doutro lado, o método comparativo não está isento do perigo de enganos graves. Sem dúvida, podemos aprender muita coisa no estrangeiro; mas a aplicação de experiências assim adquiridas tem os seus limites. No caso das bibliotecas, como em todos os casos da vida brasileira, é impossível a aplicação integral de modelos estrangeiros. Será sempre melhor aprender nos próprios erros os meios de superá-los. Daí a resolução de limitar-se a observações empíricas: dão resultado enquanto é possível convencer os leitores. Daí a tentativa de dar-lhes a forma de silogismos lógicos, cujas conclusões constituem, por sua vez, sugestões práticas.

Num livro do Sr. Lourenço Filho encontra-se um "aperçu" espirituoso sobre os resultados duma viagem ao interior do Brasil: o viajante parte da capital, metrópole típica no estilo século XX, passa pelas pequenas cidades do "*hinterland*", que se encontram ainda no século passado, chega a regiões de regime colonial ou medieval; e, enfim, a viagem acaba entre gente neolítica.

Essa simultaneidade de épocas diferentes da evolução, é possível observá-la também nas bibliotecas brasileiras. Existem bibliotecas modelares, organizadas conforme os sistemas mais modernos, como a Biblioteca Municipal em S. Paulo ou a Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público, nesta capital. Há outras, nas quais continua a rotina do século passado; existem, até aqui no Rio de Janeiro, depósitos de livros, rigorosamente guardados, conservando com fidelidade comovente a poeira medieval; não produziria surpresa, se um viajante corajoso encontrasse, em lugar determinado não muito longe do centro da capital, uma coleção de inscrições em pedra, e o guarda tatuado à entrada da caverna se apresentasse como funcionário público. Apenas, esse estado de coisas já não é tão imóvel como na época das experiências do Sr. Lourenço Filho no interior do Ceará. As bibliotecas brasileiras encontram-se em franca evolução. Tive oportunidade de dirigir um desses processos de evolução, na biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia: encontrei-a como mero depósito de livros; agora, trata-se de uma biblioteca científica; no futuro, será um centro de documentação para estudos independentes.

Não será precipitado generalizar essas experiências. Até há pouco, não existia no Brasil a noção moderna da biblioteca. Graças aos esforços do Departamento

Administrativo do Serviço Público, do Instituto Nacional do Livro, e dos cursos de Biblioteconomia enfim radicalmente reformados, na Biblioteca Nacional, introduziram-se os métodos modernos da Biblioteconomia, seguindo particularmente os modelos norte-americanos: maior liberdade do leitor nas salas de leitura, acesso livre às estantes para exame dos livros e escolha da leitura conveniente, serviços de empréstimo para casa, catalogação suficiente, elaboração de fichários de assuntos conforme o sistema decimal.

Grande parte das bibliotecas brasileiras já se pode orgulhar dos resultados obtidos com essas inovações, que, no começo, pareciam heresias perigosas. Mas nada seria mais perigoso do que a satisfação definitiva com aqueles resultados. A heresia de ontem poder-se-ia transformar em ortodoxia, impedindo o progresso. Convém lembrar uma frase famosa de T. H. Huxley: *"It is the customary fate of new truths to begin as heresies and to end as superstitions"* [*]. A boa ordem na biblioteca não é o supremo fim dos nossos esforços. O fim é o trabalho de documentação científica. E para isso é preciso algo mais.

São bastante conhecidas as grandes dificuldades com as quais se choca o trabalho científico no Brasil: a insuficiência das bibliotecas públicas, os sacrifícios dos particulares em arranjar as documentações indispensáveis, a falta de comunicações internacionais; em suma: a falta de organização científica, da qual a organização bibliotecária constitui só uma parte. A essas dificuldades especificamente brasileiras juntam-se outras, de caráter geral, que se referem ao futuro. É a minha firme convicção que o trabalho científico do futuro será de índole coletiva: passou a época de descobertas individuais; começará a época das investigações em grupo. Um dos sintomas mais interessantes dessa transformação é a existência de relações entre ciências inteiramente separadas que um estudioso só não pode dominar ao mesmo tempo.

Exemplo conhecido disso é apresentado pela Química-física, ciência relativamente nova, situada entre a Química e a Física, com a tendência cada vez mais acentuada de constituir-se em centro de pesquisas para ambos os lados, transformando a química e a física de outrora em ciências auxiliares. Surge o problema da coordenação dos estudos especializados. Outro exemplo conhecido: os estudos sociológicos de Max Weber sobre a relação entre as origens do capitalismo e a evolução do protestantismo tinham como base a relação entre estudos de Economia política e estudos de Teologia histórica, quer dizer, entre duas ciências inteiramente separadas e consideradas quase incompatíveis; sabemos que essa maior descoberta da sociologia do século XX se originou de conversas casuais do sociólogo com colegas da outra Faculdade. Mas não nos podemos confiar ao acaso; surge, outra vez, o problema da coordenação. Enfim, a tendência para a especialização cada vez mais rigorosa, que todas as ciências modernas revelam, deposita em nossas bibliotecas uma documentação imensa, da qual, as mais das vezes, só o próprio bibliotecário pode ter conhecimento suficiente; o especialista não sabe da existência de Trabalhos que o interessariam vivamente, quando feitos em setores independentes de sua especialização. E quem se ocupa com trabalhos de documentação na administração pública, sabe que lá também muita coisa fica despercebida porque só os guardadores da documentação respectiva têm conhecimento da existência dela. De todas essas observações resulta uma conclusão convincente: a necessidade da colaboração do bibliotecário no trabalho científico.

Transformaram-se as bibliotecas, de meros depósitos de livros em instituições praticáveis para o estudo. Era o primeiro passo. Agora, é preciso transformar as bibliotecas em centros de estudos, nos quais a colaboração de bibliotecários, às vezes em lugar decisivo, é indispensável.

O primeiro passo foi feito por meio dum trabalho pedagógico. Era preciso educar os leitores, que estavam acostumados a tratar os livros com descuido, a enganar os bibliotecários incompetentes e mal humorados, e mais a práticas piores. Esse trabalho educativo já foi feito. O segundo passo está confiado, como se viu, ainda uma vez aos bibliotecários. Mas não pode ser feito, enquanto perdurar a condição atual do bibliotecário no Brasil.

Até há pouco o leitor brasileiro era um homem que, por mais estudioso que fosse, não sabia bem utilizar uma biblioteca pública. Surgiu o novo tipo de bibliotecário, introduzindo inovações inéditas e visivelmente utilíssimas, o que lhe arranhou uma situação de certa superioridade com respeito ao leitor; era possível, portanto, aquele trabalho educativo. Agora, aproxima-se a fase da utilização científica da biblioteca. E agora, o bibliotecário brasileiro encontra-se numa situação de evidente inferioridade.

Quem são os leitores das nossas bibliotecas públicas? Estudiosos especializados, funcionários formados, professores formados para o ensino secundário ou superior, alunos das escolas superiores. Em geral: pessoas de formação universitária. O bibliotecário, no Brasil, é uma pessoa com formação secundária, habilitado depois num curso técnico de biblioteconomia, e classificado, portanto, entre os funcionários de formação secundária e técnica. Encontra-se, com respeito aos leitores, numa situação de evidente inferioridade. Não será capaz nem considerado capaz de dirigir um centro de estudos científicos. Como dar, então, aquele segundo passo?

Nessa altura, permito-me, pela primeira vez, uma comparação com a situação do bibliotecário europeu; mas isso só porque minha sugestão recentemente surgida se baseia, sem dúvida, naquela comparação. O bibliotecário europeu tem, em geral, formação universitária. Estudou filosofia, ou letras, ou história ou ciências sociais ou naturais, adquirindo assim os conhecimentos que o habilitam para dirigir a parte respectiva duma biblioteca geral ou uma biblioteca especializada na sua disciplina; depois, adquiriu os conhecimentos técnicos de biblioteconomia. Deste modo, o bibliotecário europeu é um "funcionário científico", na categoria dos assistentes das universidades; mais tarde, lhe caberá o título do professor, que, na maior parte dos países europeus, é reservado aos docentes das escolas superiores. Está claro que o bibliotecário assim formado e classificado é capaz de cumprir aquelas exigências.

Baseava-se, provavelmente, nessa comparação a sugestão de incorporar o curso de Biblioteconomia às Faculdades de Filosofia: criar, desse modo, uma cadeira universitária de Biblioteconomia e uma carreira universitária de bibliotecário. E aquele fim seria conseguido.

A proposta é realmente muito boa. A consequência imediata seria o melhoramento do nível científico dos nossos bibliotecários e, portanto, uma maior consideração social da profissão. Mas com isso, aquele fim não seria conseguido.

A Biblioteconomia é uma técnica; aprende-se em cursos teóricos - os atuais são perfeitamente suficientes - e em estágio prático numa biblioteca bem organizada. O curso universitário de Biblioteconomia não poderia dar mais, se não fosse mais teoria biblioteconômica; teoria de cujo valor prático muitos entendidos duvidam. Contudo, seria possível, numa Faculdade, melhorar as outras disciplinas que ensinam no curso de Biblioteconomia: Literatura geral, conhecimentos de outras ciências etc.; mas essa esperança é ilusória. Literatura, Filosofia, Ciências sociais e naturais, todas elas exigem um estudo

sério e especializado; não é segredo, absolutamente, que até o ensino especializado daquelas ciências nas nossas escolas superiores não é ainda, até hoje, perfeitamente satisfatório. O ensino das mesmas ciências como "acessório", como "complemento", produzirá só diletantes. Deste modo, uma parte dos futuros bibliotecários adquirirá nas Faculdades conhecimentos teóricos para cuja aplicação nunca terá oportunidade; serão logo esquecidos. Os bibliotecários, porém, que aspiram à direção dos futuros centros científicos, não adquirirão nem nas Faculdades os conhecimentos dos quais precisariam para aquele fim, continuariam na situação de inferioridade administrativa: ontem eram considerados como almoxarifes; amanhã seriam considerados como almoxarifes formados.

O erro contido naquela sugestão consiste na confusão entre conhecimentos científicos e conhecimentos técnicos (no caso, de Biblioteconomia). O bibliotecário precisa de ambos. Mas ambos não se adquirem juntos.

A solução do problema já está delineada nas observações precedentes. Precisamos de vários tipos de bibliotecários, com formação diferente conforme os fins para os quais têm de servir. Precisamos de tantos tipos de bibliotecários quanto precisamos de tipos de bibliotecas.

Antes de entrar nessa classificação, será conveniente fazer, já pela última vez, uma comparação com a situação no estrangeiro. A comparação com a situação nas bibliotecas européias será tanto mais conveniente que não há diferença essencial, neste ponto, entre a Europa e os Estados Unidos.

Existam, na Europa e em toda parte, quatro tipos de biblioteca:

1) as bibliotecas chamadas "nacionais", bibliotecas representativas do país e da nação;

2) as bibliotecas universitárias, destinadas ao uso das escolas superiores. Bibliotecas de tipo idêntico encontram-se, às vezes, em cidades importantes nas quais não existe Universidade;

3) as bibliotecas científicas especializadas, juntas, em geral, a institutos de pesquisas científicas como de historiografia nacional, ou de ciências administrativas, ou de medicina experimental etc.;

4) as bibliotecas populares, destinadas à divulgação de boas leituras e conhecimentos científicos entre a parte menos culta da população.

Verifica-se que a direção e administração desses quatro tipos de biblioteca é confiada a pessoas de formação e índole muito diferentes. A "Biblioteca Nacional" confia-se a uma personalidade representativa, cujo "Estado-Maior" se compõe de bibliotecários de todos os tipos de formação. As bibliotecas universitárias são dirigidas por um professor de Universidade; quer dizer, um membro da congregação tem, em vez da tarefa de dar aulas, a tarefa de dirigir a biblioteca, e o seu "Estado-Maior" compõe-se de bibliotecários-assistentes, na categoria dos outros assistentes universitários. As bibliotecas especializadas dos institutos de pesquisas científicas são dirigidas, da mesma maneira, por especialistas. Enfim, as bibliotecas populares confiam-se a bibliotecários profissionais, que possuem a mesma formação biblioteconômica como todos os funcionários mencionados, mais conhecimentos científicos gerais e da técnica de divulgação ("*University extension*").

No Brasil, a Biblioteca Nacional é uma instituição "sui generis"; não é possível generalizar o caso. Contudo, a reorganização atual da Biblioteca Nacional dá uma lição preciosa: foi confiada a um intelectual de formação universitária e a um especialista em biblioteconomia científica. É um caso de precedência.

Apesar da organização da universidade do Brasil, as faculdades levam no Brasil vida mais ou menos independente. Todas elas possuem bibliotecas especiais (biblioteca da Faculdade de Direito, biblioteca da Faculdade de Medicina etc.), que se assemelham menos às bibliotecas universitárias na Europa do que às bibliotecas especializadas dos institutos de pesquisas científicas; são bibliotecas especializadas em Direito, em Medicina etc. Encontram-se na mesma categoria as bibliotecas dos Ministérios, as bibliotecas do D.A.S.P. etc. Em todos esses casos, não se recomenda a imitação do modelo europeu. A direção dessas bibliotecas por especialistas na matéria seria dispendiosa; e, considerando-se o fato de que se trata de bibliotecas relativamente pequenas aquele especialista não seria plenamente ocupado. Para esse caso especial, recomenda-se uma variante daquela sugestão relativa aos cursos universitários de Biblioteconomia. Os bibliotecários dessas instituições teriam que fazer o curso de Biblioteconomia, o atual ou o universitário, e, além disso, fazer um curso no instituto para o qual se destinam; neste último curso adquirirão conhecimento de bibliografia da respectiva ciência.

Assemelha-se ao tipo da biblioteca universitária a biblioteca da Faculdade Nacional de Filosofia; nesta se ensina Filosofia, História, Geografia, Ciências Sociais, Letras clássicas, neolatinas e anglogermânicas, e todas as Ciências Naturais, inclusive a Matemática; quer dizer, a composição típica das universidades européias. O mesmo tipo de biblioteca encontra-se nas Bibliotecas Públicas estaduais, nas capitais dos Estados. Essas bibliotecas constituem o núcleo dos futuros centros de documentação científica. Só com muita hesitação se pode dizer que essas bibliotecas deveriam ser dirigidas por "intelectuais"; porque a palavra "intelectual" é ambígua e a proposta poderia abrir a porta à nomeação de homens de cultura geral, mas superficial e autodidática. Doutro lado, só um intelectual, isto é, um homem de cultura geral e conhecimentos variados, será capaz de transformar aquelas bibliotecas em centros de estudos científicos. A definição seria: "um intelectual que possui formação universitária e adquiriu os conhecimentos necessários de Biblioteconomia".

Os bibliotecários das bibliotecas populares, enfim, precisarão também, como os das bibliotecas especializadas, de formação biblioteconomista eventualmente universitária. Nas bibliotecas populares, é de importância muito grande o serviço de consulta: o leitor pede informações sobre o que deve ler, em geral ou para determinado fim. O bibliotecário que está fazendo esse serviço, deverá ser capaz de atender às consultas mais variadas.

O resultado final seria a decomposição da atual carreira de bibliotecário em três ou pelo menos duas carreiras distintas, além da consideração dos casos especiais mencionados. Deste modo, o bibliotecário brasileiro poderá conseguir a mesma posição social elevada que possuem os seus confrades europeus; mais importante, porém, será o outro fim, obtido ao mesmo tempo: a fundação de novos centros de documentação e estudos científicos no Brasil. Será mais uma heresia, entre outras, mas melhor, em todo caso, do que a superstição, que, neste caso, se chama rotina.

[*] "É o destino comum de toda nova verdade que comece como heresia e termine como ortodoxia." [EL]

CARPEAUX, Otto Maria. Reflexões sobre a situação atual e futura do bibliotecário no Brasil. **ExtraLibris**, 2005. Disponível em: <http://academica.extralibris.info/bibliotecario/reflexoes_sobre_a_situacao_do.html>. Acesso em: 05 out. 2005.

Original: CARPEAUX, Otto Maria. Reflexões sobre a situação atual e futura do bibliotecário no Brasil. In: FONSECA, Edson Nery. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

“BIBLIOTECONOMIA”

Mário de Andrade

O contato com os livros e manuscritos dessas idades que irreverentemente costumamos chamar de “passado”, será que nos deixa o ser mais antigo?... Parece. Positivamente não é a mesma coisa a gente ler Matias Aires numa edição primeira ou numa reimpressão contemporânea. A transposição moderna conterà sempre a mesma substância, e mesmo nas raríssimas edições honestas, a substância estará enriquecida de comentários, correções, esclarecimentos. Mas o importante é que não são apenas os dados da verdade que um livro pode nos fornecer. Quem julgar assim, sabe ler pelo meio.

O livro não é apenas uma dádiva à compreensão; é, deve ser principalmente, um fenômeno de cultura. Quem lê indiferentemente um escrito numa edição do tempo ou noutra moderna, numa edição mal impressa ou noutra tipograficamente perfeita, num bom como num mau papel, esse é um egoísta, cortado em meio em sua humanidade. Lê porque sabe ler, e apenas. O livro lido apenas para se saber o teor do escrito é sempre singularmente subversivo da humanidade que trazemos em nós. O fenômeno mais característico desse individualismo errado, a gente encontra nos estudantes que, na infinita maioria, são pervertidos pelos seus livros de estudo. Não que todos os livros escolares sejam ruins, os rapazes é que ainda não aprenderam a ler. Lêem para saber a verdade que está nos livros, e apenas. O resultado são essas almas imperialistas, tão freqüentes nos ginásios, vivendo em decretos desamorosos, incapazes de distinguir, comendo, dormindo, respirando afirmações. O estudante pernóstico, corrigindo os erros do pai!

Nas civilizações contemporâneas mais energicamente respeitosas do homem, as universidades, os livreiros, se esforçam para apresentar o livro, não apenas como um repositório de verdades, mas como um fenômeno duma totalidade muito mais fecunda que isso. Pela boniteza da impressão, pela generosidade do papel, pelo conselho encantador das gravuras, os bons livros modernos não querem nos obrigar apenas a saber a vida, mas a gostar dela porém.

Ora, já de muito, bem que venho matutando em que talvez a verdade menos deva ser um objeto de conhecimento, que de contemplação... Não será essa diferença fundamental que separa o encanto maravilhoso de Platão, da secura sem beijos de Aristóteles, no entanto bem mais verdadeiro?... Não será esse engano das nossas civilizações, que torna tão rasteiras, monetárias, dogmáticas, em oposição às grandes civilizações da Ásia, bem mais gostosas e subtis?

E cheguei como certo esforço adonde pressentia que desejava chegar: o livro antigo, o manuscrito original, pela sua venerabilidade, pelo esforço de acomodação à leitura, pela exigência permanente de controle do que diz, não nos deixa nunca na psicologia individualista de quem aprende, mas no êxtase amplíssimo, difuso, contagioso da contemplação. Ele nos reverte à nossa antiguidade.

Deixem que eu diga, mas nas civilizações novatas que nem as desta América, os seres tão profundamente imorais, no sentido em que a moral é uma exigência derivada aos poucos do ser tanto indivíduo como social. Não nos custa a nós, americanos, aceitar religiões, filosofias, e mesmo importar civilizações aparentemente complexas. O nosso dicionário vai de A para Z, direitinho. Tem F tem L e tem R: Fé, Lei, Rei. O que não nos é possível

importar é a precedência orgânica dessa Fé, dessa Lei e desse Rei, nascidos de outras experiências. Nós existimos pouco, demasiado pouco. Nós existimos em desordem É que nos falta antiguidade, nos falta tradição inconsciente, nos falta essa experiência por assim dizer fisiológica da nossa moralidade que, só por si, torna a palavra "passado" duma incompetência larvar.

Isso nem o ótimo livro moderno conseguirá nos fornecer. O livro antigo é moral, com a subtil prevalência de não ser de uma moral ensinada (que é sempre pelo menos duvidosa) mas uma moral vivida. É um banho inconsciente de antiguidade. E si na mão do bibliófilo o livro mais antigo é uma volúpia incomparável, estou que devemos arrancá-lo dessas mãos pecaminosas e bota-lo nas mãos rápidas do moço. Convém tomar os moços mais lentos, e iniciar no Brasil o combate às velocidades do espírito. Que abundância de meninos-prodígios transfere a vida agora da beca difícil dos clérigos pro quépi chamariz dos generais... Vivo meio sufocando.

Eu desconfio que ninguém achará razão nestas palavras, quando o que me intitula é a Biblioteconomia. Mas para mim foram os pensamentos sossegados que pensei e quis dizer. Para mim, que envelheço rápido, o pensamento como a vista já não vão preciosamente perdendo aquele dom de precisão categórica, que define as idéias como as coisas nos seus limites curtos. De-fato a Biblioteconomia, é dentre as artes aplicadas, uma das mais afirmativas. Diante desse mundo misteriosíssimo que é o livro, a Biblioteconomia parece desamar a contemplação, pois categoriza a ficha. É engano quase de analfabeto imaginar tal desamor; e não foi senão por um velho hábito biblioteconômico que, faz pouco, me fíchei na categoria dos envelhecidos, o que posso jurar ser pelo menos uma precipitação.

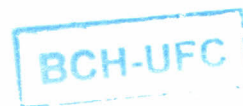
Isso é a grandeza admirável da Biblioteconomia! Ela torna perfeitamente acháveis os livros como os seres, e alimpa a escolha dos estudiosos de toda suja confusão. Este o seu mérito grave e primeiro. Fichando o livro, isto é, escolhendo em seu mistério confuso uma verdade, pouco importa qual, que o define, a Biblioteconomia torna a verdade utilizável, quero dizer: não o objeto definitivo do conhecimento, pois que houve arbitrariedade, mas um valor humano, fecundo e caridoso de contemplação. E pelo próprio hábito de fichar, de examinar o livro em todos os seus aspectos e desdobrá-lo em todas as suas ofertas, a Biblioteconomia rallenta os seres e acode aos perigos do tempo, tornando para nós completo o livro, derrubando os quépis e escovando as becas.

importar é a precedência orgânica dessa Fé, dessa Lei e desse Rei, nascidos de outras experiências. Nós existimos pouco, demasiado pouco. Nós existimos em desordem. É que nos falta antiguidade, nos falta tradição inconsciente, nos falta essa experiência por assim dizer fisiológica da nossa moralidade que, só por si, torna a palavra "passado" numa incompetência larvar.

Isso nem o ótimo livro moderno conseguirá nos fornecer. O livro antigo é moral, com a subtil prevalência de não ser de uma moral ensinada (que é sempre pelo menos duvidosa) mas uma moral vivida. É um banho inconsciente de antiguidade. E si na mão do bibliófilo o livro mais antigo é uma volúpia incomparável, estou que devemos arrancá-lo dessas mãos pecaminosas e botá-lo nas mãos rápidas do moço. Convém tomar os moços mais lentos, e iniciar no Brasil o combate às velocidades do espírito. Que abundância de meninos-prodígios transfere a vida agora da beca difícil dos clérigos pro quépi chamariz dos generais... Vivo meio sufocando.

Eu desconfio que ninguém achará razão nestas palavras, quando o que me intitula é a Biblioteconomia. Mas para mim foram os pensamentos sossegados que pensei e quis dizer. Para mim, que envelheço rápido, o pensamento como a vista já não vão preciosamente perdendo aquele dom de precisão categórica, que define as idéias como as coisas nos seus limites curtos. De-fato a Biblioteconomia, é dentre as artes aplicadas, uma das mais afirmativas. Diante desse mundo misteriosíssimo que é o livro, a Biblioteconomia parece desamar a contemplação, pois categoriza a ficha. É engano quase de analfabeto imaginar tal desamor; e não foi senão por um velho hábito biblioteconômico que, faz pouco, me fichei na categoria dos envelhecidos, o que posso jurar ser pelo menos uma precipitação.

Isso é a grandeza admirável da Biblioteconomia! Ela torna perfeitamente acháveis os livros como os seres, e alimpa a escolha dos estudiosos de toda suja confusão. Este o seu mérito grave e primeiro. Fichando o livro, isto é, escolhendo em seu mistério confuso uma verdade, pouco importa qual, que o define, a Biblioteconomia torna a verdade utilizável, quero dizer: não o objeto definitivo do conhecimento, pois que houve arbitrariedade, mas um valor humano, fecundo e caridoso de contemplação. E pelo próprio hábito de fichar, de examinar o livro em todos os seus aspectos e desdobrá-lo em todas as suas ofertas, a Biblioteconomia rallenta os seres e acode aos perigos do tempo, tornando para nós completo o livro, derrubando os quépis e escovando as becas.



“UM BIBLIOTECÁRIO”

Gilberto Freyre

Quando ainda nos dias da primeira República, o Senado Federal impugnou – ou ameaçou impugnar o nome de Oliveira Lima para a representação do Brasil em Londres, o visconde de Santo-Tirso – aquele de quem disse d. Maria Amália Vaz de Carvalho que foi “a última ironia viva em Portugal” – valeu-se do pretexto para uma de suas melhores troças com a mediocridade então dominante no Brasil. E revelou o desejo de conhecer de perto os senadores capazes de impugnar um nome como o de Oliveira Lima para uma representação como a do Brasil em Londres. Seriam eles – e não o Corcovado, nem o Pão-de-Açúcar, nem a Cascatinha, nem as praias de Niterói, nem a Ilha Fiscal, nem o Jardim Zoológico – a melhor e maior atração do Rio. Eles é que o Visconde irônico tinha realmente vontade de ver de perto e de fotografar em todas as posições.

Quando há pouco um amigo me escreveu, escandalizado, de São Paulo, que o sr. Rubens Borba de Moraes havia sido afastado da direção da Biblioteca Municipal, foi de Santo-Tirso que imediatamente me lembrei: também diante dessa demissão escandalosa o ironista português perderia todo o direito de ir à capital paulista conhecer o Butantã, o Viaduto, o Teatro, para querer ver de perto os novos e austeros romanos municipais capazes de demitir de funções como as de diretor da Biblioteca da cidade de São Paulo o maior especialista brasileiro em organização e administração de bibliotecas. Especialista que é ao mesmo tempo – combinação raríssima – um brasileiro com uma consciência do dever igual à dos suíços, tão rigorosa quanto à dos protestantes ortodoxos ou a dos quakers.

Quando uma cidade, um Estado ou uma nação se desfaz de um homem desses, nada mais natural do que desejarmos conhecer aqueles que têm a coragem de se desfazer do auxiliar verdadeiramente insubstituível. São eles e não o demitido que devem ser procurados, entrevistados e fotografados. São eles os heróis da pantomima. Santo-Tirso tem razão.

Se chego à conclusão do visconde e não sigo é porque sou mesmo um amigo deliberado das contradições. No momento em que o sr. Rubens Borba de Moraes é afastado da direção da Biblioteca Municipal de São Paulo, é do sr. Rubens Borba de Moraes que prefiro falar.

O Brasil tem hoje poucos técnicos e raros administradores da competência e das virtudes do sr. Borba de Moraes. Noutro país ele seria festejado, adulado, disputado por todas as universidades, por todos os institutos, por todas as cidades, por todos os Estados desejosos de aperfeiçoarem a organização ou o sistema de suas bibliotecas. É o que o sr. Rubens Borba de Moraes não é de modo algum: um burocrata qualquer. O entusiasmo pelas coisas de sua especialidade não lhe permite acinzentar-se em bibliotecário de feito simplesmente burocrático. Por outro lado, está longe de ser o literato ou o erudito que gosta dos livros, dos papéis velhos dos alfarrábios, sem interessar-se pela ciência de sua conservação em bibliotecas e de sua organização eficiente de modo a estarem sempre alfarrábios, livros e revistas ao serviço dos pesquisadores, dos estudantes, do reduzido público interessado em leituras sérias e profundas. Pois esta é que a função das verdadeiras bibliotecas: estarem a serviço não só dos simples leitores como dos pesquisadores, em vez de se esconderem deles por trás de enormes paredes de fortalezas ou dentro de cofres e subterrâneos aonde só são admitidos indivíduos privilegiados.

Nesse sentido, principalmente, é que o sr. Rubens Borba de Moraes vem revolucionando o conceito de bibliotecas públicas. À biblioteca em que os livros precisam de ser adivinhados pelos pobres dos pesquisadores e procurados por eles como se procuram tetéias perdidas ou jóias escondidas em depósito, trapiches ou galpões de guardar palha seca ou cacos velhos, ele opõe a biblioteca que pela distribuição inteligente dos seus livros e por intermédio dos seus funcionários esclarecidos, vai ao encontro do pesquisador, facilita-lhe o trabalho de pesquisa, colabora com ele.

O Brasil não é tão rico em organizações desse porte, que possa alhear-se às qualidades e às aptidões de um Rubens Borba de Moraes. Se a cidade de São Paulo acha que pode substituí-lo com vantagem, que o substitua. Mas que o governo brasileiro aproveite a oportunidade para utilizar-se da singular competência do bibliotecário paulista em função de importância nacional: na reorganização dos nossos arquivos, bibliotecas e museus, por exemplo.

“O BIBLIOTECÁRIO”**Emílio Carrera Guerra****A Oswaldino Marques**

É um repouso de centro de mundo
A terra, um disco de vitrola.
Tu, numa cadeira de molas, sentado,
Sobre almofadas de sombra,
Girando, girando, mas parecendo imóvel.

Muralhas conventuais a te cercarem.
Raro, o arrebol incendeia os vitrais.
Mais pálido, entre o bolor dos séculos,
Combates a traça, a poeira, teias.
D. Quixote de lança-espanador, morteiro-flit,
Investe, inútil contra o tempo.

Milhões de palavras em teu novo silêncio.
Trepam pelas paredes, arrumam-se nas estantes.
Peneira de realidade, roca e fuso de sonho,
Teus instrumentos, tua matéria-prima.

Modorra pinga das horas inteiriças,
Ceva-se em luz mortiça a preguiça criadora.
Olhas tranqüilo, sobre a mesa pousadas
As mãos sem garras, o pão sincero.
Todo tranqüilo, não mais como nós:
Homem avançado com a faca nos dentes.

Do sono aparente, nasce um catálogo.
Inanimados jardins de ordem, flores de paciência,
Revela-se o parentesco infinito das séries,
Mapas, referências, dicionários.
Dos galhos pendem respostas maduras,
Todas ao alcance da qualquer,
Sob tua vista complacente, zelosa.
De guardião do pomar.

Comandante submerso,
Periscópio assestado nas avenidas,
Sorri, sem querer, comiserado
Do movimento tão excessivo,
Ali, tão dócil, reduzido a fichas.